



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 06/19
2019-05-28

ATA Nº 06/19

4ª Sessão Extraordinária

28 de maio de 2019

--- No dia vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Extraordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- 1.a) Expediente e informações;-----

--- b) Apreciar e votar:

- Ata n.º 12/18 referente à 7ª sessão extraordinária realizada em 14 de dezembro;

- Ata n.º 01/19 referente à 1ª sessão extraordinária realizada em 15 de janeiro;

- Ata n.º 02/19 referente à 2ª sessão extraordinária realizada em 11 de fevereiro.-----

--- 2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

--- 3. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- 4. Apreciar e votar o Projeto Educativo Local de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude. Proposta nº 306-RP/2019.-----

--- 5. Apreciar e votar o aditamento ao Contrato de Urbanização n.º 235/2002, de 20 de setembro, celebrado entre o Município de Sintra, a Universidade Católica e Outros, relativo ao Alvará de Loteamento n.º 11/2003, de 13 de outubro, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 422-P/2019.-----

--- 6. Apreciar e votar o projeto de terceiras alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil. Proposta nº 421-P/2019.-----

--- 7. Apreciar e votar o projeto de revisão do Regulamento de Utilização de Viaturas e Máquinas Municipais, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património. Proposta nº 358-P/2019.-----

--- 8. Apreciar e votar o projeto de primeiras alterações do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Sintra (Capítulo VII – Centros e Núcleos Históricos), nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património. Proposta nº 359-P/2019.-----

--- 9. Apreciar e votar a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Colares para obras de melhoramento do Cemitério de São Gregório, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 301-P/2019.-----

--- 10. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Rio de Mouro no âmbito da organização do Rio de Mouro Cross Run – 5º Prémio Carlos Correia, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 307-RP/2019.-----

--- 11. Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São

.../...

Marcos no âmbito da realização e organização da 12ª Milha Urbana de São Marcos, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 365-RP/2019.-----

--- 12. **Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 136,00 m2, sita em Queluz, com as seguintes confrontações: do norte, nascente e poente com Cabeça de Casal da Herança de António Eduardo Cardoso Capucho Paulo, e do sul com domínio público, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 327-PM/2019.--

--- 13. **Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 2,30 m2, sita em Odrinhas, a integrar no artigo 3637 da antiga freguesia da Terrugem, com o registo da Conservatória do Registo Predial nº 5500 da mesma freguesia, atualmente União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 328-PM/2019.-----

---- 14. **Apreciar e votar a constituição gratuita do direito de superfície sobre um Campo Polidesportivo composto por campo de jogos e edifício de apoio, com a área total de 9.900,00 m2, sito na Rua Francisco Salgado Zenha na Tapada das Mercês, Freguesia de Algueirão-Mem Martins, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 12229 – Algueirão-Mem Martins e descrito na Conservatório do Registo Predial sob o número 1572 daquela freguesia, a favor da União Recreativa das Mercês, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 379-PM/2019.-----

--- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Maria Infância Silva; Ricardo Manuel Azevedo Parente de Campos; Joana Sofia Santos Lopes; Hugo Lopes dos Santos; Alcino Afonso Alves; e Paulo Jorge Gaspar Godinho. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; e Adolfo Miguel Delgado dos Reis. -----

---- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo; e António Manuel Branco Nunes.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: António Filipe Gaião Rodrigues; Jacinto Higino Domingos; e Rogério Duarte Cassona; -----

---- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja e Marisa Andreia de Almeida Laneiro.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – **PAN** – Bernardo Ramos Gonçalves;

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe. -----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Mário Pedro Mora Lopes dos Santos – Casal de Cambra; Pedro Manuel Silva Filipe – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro

..../....

Pinheiro e Montelavar; José Estrela Duarte – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes; Domingos Linhares Quintas; Eduardo Quinta Nova; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; Andreia Filipa Bernardo; e Pedro Ventura.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **43** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:**-----

--- Pedidos de substituição para a presente sessão:-----

--- Do Deputado Municipal Hugo Miguel dos Reis Frederico do PS, pelo Deputado Hugo Lopes dos Santos;-----

--- Do Deputado Municipal João Paulo Afonso Aguiar do PS, pelo Deputado Alcino Afonso Alves;-----

--- Do Deputado Municipal António Luís Santos Lopes, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Paulo Jorge Godinho, dado que os Deputados Sara Godinho, Filipe Dias Barroso, Maria de Lurdes Pedroso, Pedro Miguel Pereira Ana Maria Carioca e Mariana Burguette , que o antecedem na lista, pediram igualmente a sua substituição;-----

--- Da Deputada Municipal Maria Helena de Oliveira e Carmo, do BE, pela Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro, dado que o Deputado Amílcar José de Oliveira Moraes, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

--- Não existiram inscrições para este período.-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS.**-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 1**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto **1.b)** da **Ordem de Trabalhos**: apreciar e votar:-----

--- **Ata n.º 12/18 referente à 7ª sessão extraordinária realizada em 14 de dezembro.**-----

--- Ata nº 12/18 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Ata n.º 01/19 referente à 1ª sessão extraordinária realizada em 15 de janeiro.**-----

--- Ata nº 01/19 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **Ata n.º 02/19 referente à 2ª sessão extraordinária realizada em 11 de fevereiro.**-----

--- Ata nº 02/19 foi aprovada por unanimidade.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, referiu: Como é do vosso conhecimento faleceu o Dr. Rómulo Ribeiro que foi Presidente da Assembleia Municipal de Sintra. Tomei a liberdade em nome de todos nós de endereçar um telegrama à família do Dr. Rómulo Ribeiro e convidava todos os membros da Assembleia Municipal a observarem um minuto de silêncio por este Presidente da Assembleia Municipal que já não se encontra entre nós.-----

---- Foi cumprido um minuto de silêncio em memória do Dr. Rómulo Raúl Ribeiro.-----

---- **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal.**-----

---- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pacheco Pais Pacheco Valente**, referiu: Eu queria fazer um comentário e colocar duas questões muito concretas ao senhor Presidente. -----

--- O comentário diz respeito à questão do que se tem passado com a supressão de comboios na linha de Sintra. O senhor presidente, e bem, teve uma posição pública ao considerar intolerável a situação e queremos também associar-nos à sua indignação. Não é possível que por falta de material circulante, ou seja, por falta de investimento na ferrovia, sejam suprimidas dezenas de composições. Estamos também de acordo com a questão da redução dos passes sociais, porque consideramos que é uma medida que beneficia as pessoas. No entanto, é preciso terem oferta porque a procura subiu. Se os passes implica o acesso a gares sobrelotadas, não é uma medida pública bem desenhada. Sintra, e particularmente os munícipes, pagam a sua quota-parte nesta solução que, repito, consideramos justa, mas têm direito a que a sua mobilidade seja respeitada.-----

--- Agora as duas questões: Uma tem a ver com a Parques de Sintra Monte da Lua e a distribuição dos dividendos. Nós na última assembleia aprovámos uma moção, por unanimidade, contra esta distribuição de dividendos e foi colocada a questão na Comissão da Assembleia da República à senhora Ministra da Cultura, tendo-lhe sido perguntado qual era o estado da arte. Foi dito que estava em curso uma tentativa de resolução entre a Câmara, a Parques de Sintra-Monte da Lua e a Secretaria de Estado do Tesouro. Nós gostaríamos de saber se esta informação realmente é correta, uma vez que já houve uma altura em que perguntámos sobre a questão da Pousada de Juventude e a resposta do Secretário de Estado da Juventude e Desporto foi que ainda estava tudo em aberto com a Movijovem, o que não correspondia à verdade segundo informação do senhor Presidente da Câmara. Gostaria de saber se esta é realmente uma informação fidedigna e qual é o caminho que a questão está a tomar?-----

--- Por último e relativamente às três praias - Adraga, São Julião e Magoito - que foram classificadas de *Uso Limitado*, gostaríamos de saber se já foram encontradas algumas soluções e se as mesmas estão

..../....

a ser encontradas no âmbito da Equipa Multidisciplinar de Monitorização Costeira e Risco, que foi criada em 2017? Porque chegámos a esta classificação de *Uso Limitado*? Nós sabemos que isto não é de agora! Os riscos costeiros são grandes mas, por exemplo, Mafra há 10 anos que resolveu o problema e por isso gostaríamos de saber em que ponto é que está esta questão e se ainda é possível retirar aquela classificação para esta época, ou se ficará só para o ano?-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à supressão de comboios, fiz realmente aquilo que tinha de fazer. Nós não podíamos deixar passar em claro uma situação em que mais de 100 carreiras foram suprimidas. Falei com o senhor Ministro atual - Pedro Nuno Santos - que me disse que estava a tentar resolver a questão com o Ministério das Finanças nomeadamente, com a Secretaria de Estado do Tesouro. A questão é que, durante muito tempo, não foi feito investimento no equipamento, esta é a verdade! Nesta altura uma grande parte do equipamento que devia estar a rolar, está nas oficinas e agora é necessário fazer um investimento muito grande para que esse equipamento possa voltar ao serviço. Para isso é necessário admitir pessoal, é necessário pagar, é necessário fazer os investimentos. O senhor Ministro disse-me que está realmente a tratar dessa matéria com o Ministério das Finanças e, portanto, eu não quis nem podia ir mais longe que isto. Entretanto, julgo não fazer nenhuma inconfidência, dizendo que falei com o senhor Dr. Fernando Medina na qualidade de Presidente do Conselho Metropolitano, porque há matérias que podem ser tratadas a nível do Conselho Metropolitano. As carreiras suburbanas de Cascais, Vila Franca e Sintra têm problemas comuns, os mais graves são nossos, porque as nossas composições podem andar em Vila Franca e, portanto, podem ser tiradas daqui para outros sítios. Não para Cascais porque não cabem na linha. Portanto, eu falei com o Dr. Fernando Medina no sentido do Conselho Metropolitano poder também assumir este problema e lutar por ele. Respondeu-me que sim e que iria ter uma reunião assim que eu chegasse de fora. Cheguei ontem de madrugada dos Estados Unidos e espero que essa reunião venha a ter lugar muito rapidamente. Nós estamos com 2 frentes, uma com o Governo com o sr. Ministro Pedro Nuno Santos e outra, agora aberta, com o Conselho Metropolitano que deve manifestamente ter interesse em assumir esta matéria. Como disse, e muito bem, nós temos uma legitimidade acrescida para falar nisso uma vez que pagamos 4,5 milhões de euros para o passe único, que é uma verdadeira revolução nos transportes, mas a oferta de equipamento tem de corresponder à expectativa que se criou e realmente nós não podíamos deixar e atuar desta forma, e vamos continuar a atuar com todos os meios possíveis para corrigir esta situação. Não sei se a sra. Deputada Ana Valente tem ideia de quanto é necessário de investimento nas áreas urbanas para normalizar a situação? Consta que a verba é na ordem dos 8 mil milhões de euros, segundo me é dito com alguma veracidade. Não vamos ter de um dia para o outro todas as carreiras, mas tem que necessariamente melhorar a situação porque esta é uma situação que não é tolerável. Já agora queria lhe dizer que vamos fazer um protocolo com a IP para reparar todas as Estações de Sintra que necessitam de reparação. O Ministro tinha prometido e a IP disse logo que sim. Vamos reparar as Estações, uma delas já tinha sido reparada mas foi logo a seguir estragada com gráffiti. Mas não podemos fazer de outra maneira, temos que continuar a lutar por uma situação diferente da atual.-----

--- Em relação à Parques Sintra Monte da Lua, sinceramente, não sei, não tenho tido notícias. A única coisa que sei é que a Secretaria de Estado do Tesouro pediu recentemente à Parques de Sintra Monte da Lua, um grande conjunto de elementos. Espero que seja para verificar que as declarações que nós fizemos em tempo tinham toda a razão de ser. Entretanto, a Câmara e a Administração da Parques de Sintra Monte da Lua temos reunido e vamos ter uma reunião no sentido de ver todos os projetos que

..../....

estão em curso e qual o impacto que cada projeto tem. Até agora não teve impacto nenhum. Em relação ao processo profissão conseguiu-se fazer já às entidades a aquisição de 65 novos contratos, já foi feito e não houve problema, mas a Parques de Sintra - Monte da Lua pagam 320 mil euros, e nós e a Fundação Cultursintra pagamos quase o dobro para esse efeito. Aquilo que estava previsto foi cumprido e era uma matéria muito delicada, porque nós temos que ter aqueles 65 profissionais, é uma questão de garantia da segurança na Serra. Agora vamos ver, projeto a projeto, os compromissos que foram assumidos e se estão a ser cumpridos. A câmara, em termos financeiros, vai receber cerca de 2 milhões de euros. Portanto, há uma coisa que garanto: não vamos deixar cair nenhum projeto essencial para o concelho mas isso é uma questão que nós vamos ter que fazer internamente e temos de estudar com cuidado.-----

--- Quanto ao problema das praias, a Adraga está feita e a de Azenhas do Mar está em obras. O POC já está aprovado e publicado e o nosso PDM já está adequado ao POC. Não tinha conhecimento do regime que a sra. Deputada Ana Valente referiu - Praias de Uso Limitado. Não tínhamos conhecimento aqui dessa limitação mas, de qualquer maneira, pedia o favor ao sr. Vereador Domingos Quintas para se inteirar da situação das arribas junto da APA. Não sei se há mais alguma obra prevista nas arribas da nossa costa mas, pelo menos, aquelas duas (Adraga e Azenhas do Mar) que eram as mais importantes, estão a ser feitas. -----

--- A **Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro, do BE**, referiu: Não posso deixar de falar na questão dos comboios e na questão do desinvestimentos na Linha de Sintra que, de facto, não é uma novidade para ninguém nesta assembleia pelo menos, temos trazido sucessivamente há décadas, este problema aqui ao debate. Pode ser uma novidade para pessoas que não estão habituadas a utilizar o transporte público saber que há este desinvestimento e a degradação das condições da Linha de Sintra. A realidade é que agora, com esta mudança que é bastante positiva para as famílias, provavelmente as pessoas que não estavam a utilizar o transporte público, agora apercebem-se daquilo que é a realidade para milhares de cidadãos e cidadãs que residem neste concelho há décadas, na dificuldade da utilização dos transportes públicos e que não têm outra alternativa. Portanto, para eles este já é o dia-à-dia comum que, infelizmente, está a piorar pelo desinvestimento e por uma política sucessiva que foi adotada por partidos como o PSD de desinvestimento nas infraestruturas e em áreas tão sensíveis como o transporte público. Manifestar a solidariedade para com a situação das pessoas que aqui residem é bom, mas diríamos que é apenas o normal e o expectável, mas não o suficiente. Portanto, aguardamos com expectativa as medidas que o Executivo possa aqui tomar e as posições que possa a tomar junto de quem de direito para melhorar estas situações, nomeadamente, através do Plano de Mobilidade que será aqui discutido. -----

--- Uma outra questão que eu gostaria de colocar aqui ao Sr. Presidente tem a ver com uma preocupação que o Bloco de Esquerda trouxe na última Assembleia Municipal relacionada com o silo de estacionamento na Freguesia do Monte Abraão. Manifestámos essa preocupação, que é uma preocupação da população, e sabemos que foi também esta mesma preocupação reiterada pelos próprios na Assembleia de Freguesia. Há aqui um desejo manifesto pela população, e não só, também pelas várias forças vivas que estão na comunidade, de manter este edifício como um silo automóvel de estacionamento independentemente da solução que possam vir a encontrar. Gostaríamos por isso de questionar o senhor Presidente se há alguma novidade sobre este tema, uma vez que na última Assembleia tinha dito que ainda não existia uma decisão definitiva sobre o mesmo.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação aos transportes, para além do esforço que a Câmara está a fazer, que não é pequeno, eu sinto que o Governo está empenhado em fazer o seu trabalho, só que vai demorar algum tempo e algum esforço. Mas, já agora, os partidos que apoiam o Governo também podem fazer força, talvez até mais do que a própria Câmara! Eu acho que esta é uma boa resposta. Temos todos de fazer força, aqui e no Parlamento.-----

--- Em relação ao silo, é uma daquelas situações em que a nossa Câmara por vezes cai, e que são verdadeiramente espantosas, para não dizer anormais. A questão do silo é esta: O silo está num terreno que inicialmente tinha 4800 metros quadrados. Aquele terreno tinha sido doado à Câmara para se fazer uma piscina, mas em vez da piscina foi construído um silo, cuja construção foi aprovada pela Assembleia Municipal, mas não foi alterado o alvará. Não houve consulta pública, não houve publicação, não houve nada! Portanto, verdadeiramente, aquele terreno ainda é para uma piscina, e ainda é da Câmara. Se não houve nenhuma alteração, o terreno foi cedido à câmara, e nós temos de ver se o terreno é ou não é da Câmara. Agora pedem a legalização do silo com uma área de 2400 m2 para depois mudarem para supermercado. E a minha pergunta é esta: O que é que foi feito dos outros 2400 m2? Se calhar estão lá prédios construídos, não me admiro que isso tenha acontecido! Portanto, o problema do silo insere-se neste imbróglio que é verdadeiramente kafkiano. Portanto, nós vamos ter que descodificar tudo isto, começando por saber de quem é o terreno porque, na verdade, o que está escrito é que aquilo ainda é um terreno para fazer uma piscina! -----

--- A **Líder do CDS-PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Também o CDS vem falar acerca dos transportes. Quando nos foi proposto um protocolo intermunicipal relativamente à adesão a um passe mais barato para a população, o CDS absteve-se porque sabia perfeitamente que não estávamos preparados para essa medida. Não estávamos preparados para essa medida porque, mais uma vez, a medida não foi acautelada, não houve planeamento, não houve preparação. Os comboios estão avariados não é há dois meses, Sr. Presidente, é há muito mais tempo! Se durante o período da Troika nós fomos inibidos fortemente de fazer alguns investimentos, deixámos uma liberdade muito maior ao Partido Socialista quando a iniciou o seu mandato de governação para poder efetuar as manutenções mas, em vez disso, optaram por fazer cativações, não sei se está recordado? Portanto é natural que não hajam verbas, porque elas estão cativas para fazer manutenção, que é por norma aquilo que fica alocado nas cativações. O facto de não termos mão de obra suficiente para fazer a manutenção necessária também se prende exatamente pelo tardio desenvolvimento da parte do Governo relativamente à necessidade, que existia já há muito tempo, de funcionários para fazerem a manutenção dos equipamentos, por isso é que eles estão parados. Portanto, eu acho efetivamente que o seu comportamento e sua solidariedade são legítimos. Posso até a dar-lhe os parabéns pela iniciativa pronta ao nível de comunicação social, ao fazer chegar rapidamente a todos os municípios a sua solidariedade mas, efetivamente, isto é um erro crasso que acontece, à semelhança de muitos outros, com a manutenção ou à falta dela, porque o Governo teima em fazer cativações e não acautela nem prevê aquilo que pode vir a acontecer. -----

--- O **Líder do PAN, Deputado Bernardo Ramos Gonçalves**, referiu: Como já referimos várias vezes, temos perfeita noção que o Concelho de Sintra tem um território muito vasto, o que justifica, em grande parte, as inúmeras situações irregulares na área animal. Temos recebido inúmeros pedidos de informação face à situação das matilhas de Massamá Norte. No fundo, em relação a este tema, só precisamos saber o ponto de situação. Face à intervenção que ocorreu no dia 6 de Maio de 2019 em

terrenos da Fundação Dom Pedro IV, em Mira Sintra, uma intervenção que foi feita porque existiam animais de várias espécies em condições precárias e alojamentos clandestinos, o PAN tem recebido nos últimos dias inúmeras denúncias com acusações que consideramos gravíssimas, face à atuação do GMVM, que gostaríamos ver esclarecidas. Estas não são acusações nossas, são acusações que nos têm chegado. As denúncias referem, por exemplo, que a atuação do GMVM foi tardia visto que já existem denúncias desde novembro de 2018, que a recolha de animais não foi feita na sua totalidade, tendo ficado para trás alguns canídeos e todos os equídeos que se encontravam em condições precárias. A maioria das denúncias referem que alguns animais foram devolvidos pelo CROA aos detentores em questão, e que estes voltaram a colocar os respetivos animais no mesmo local, presos a correntes, sem acesso à alimentação e agora, devido às demolições, sem local de abrigo. Entre muitas outras denúncias referiram, inclusivamente, que os animais foram devolvidos aos seus detentores e foram chipados e esterilizados a título gratuito pelo CROA. Dada a gravidade desta situação e o volume de denúncias que temos recebido pretendíamos saber se alguma destas acusações tem fundamento e, para além disso, também pretendíamos saber concretamente qual o plano de ação? Quando os animais foram contabilizados através das denúncias que receberam e quantos foram contabilizados no local? Quais as espécies animais que foram encontradas no local? Que diligências ainda serão tomadas caso se verifique que ainda existem animais em condições precárias neste local em questão? Em relação à questão dos equídeos queria só dizer que o PAN está totalmente disponível para ajudar, porque sabemos que é preciso imenso espaço e recursos financeiros e nós estamos altamente solidários e poderemos ajudar nessa questão, dentro do possível.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Antes de mais, muito obrigado pela sua disponibilidade para nos ajudar. Todas as ajudas são bem-vindas e nestas matérias gostamos sempre de ser ajudados. Foi feito, segundo a informação que o Sr. Vereador Eduardo Quinta Nova, que tem sido feito um trabalho muitíssimo bom neste domínio. Foi um trabalho muito complicado em virtude do concelho ser muito grande e de uma certa indisciplina durante algum tempo nessa matéria. Mas nós realmente retirámos em Mira Sintra 19 canídeos, 21 aves e só ficaram os cavalos. Há uma intervenção preparada por esse efeito, mas não podemos divulgar a data porque senão os cavalos vão todos embora. Em relação às matilhas foram todas retiradas, exceto Massamá, mas está uma armadilha montada para isso. Portanto, volto a dizer que todo o apoio que nos queira dar, toda a ajuda, é bem-vinda e agradeço em nome da Câmara.-----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz, do PS**, referiu: Este é o tempo é o momento da intervenção política e, como tal, a Bancada do PS não poderia deixar de o fazer. Decorreu no passado domingo mais um episódio da democracia e, como tal, da vida democrática na Europa e em Portugal. O Partido Socialista foi o partido mais votado pelos portugueses. A afluência à votação não foi a desejada e esperada, mas não foi só em Portugal. Certamente, as instituições democráticas, os cidadãos de uma forma geral, vão refletir sobre o facto e acreditamos que iniciativas surgirão no sentido de no futuro haver uma maior informação da importância da Europa para o futuro de Portugal e, como tal, para uma maior envolvimento e motivação. No nosso entender, o que verdadeiramente importa agora realçar é que em Portugal a grande maioria dos eleitores votou pela continuidade da ideia original da União Europeia - uma Europa Social. Todos os partidos portugueses que elegeram deputados ao Parlamento Europeu ficam assim mandatados e responsabilizados para cumprir esse desígnio. O fantasma da Europa de extrema-direita nestas eleições, esbateu-se. O PS e todos os partidos representados no Parlamento

Europeu continuarão a lutar por uma Europa mais social, mais humana e igualitária nas responsabilidades cooperação e deveres. Uma Europa que todos queremos afastada de radicalismos. Em Sintra também o PS obteve o maior número de votos, e a abstenção foi menor. No nosso entender tal facto também se ficou a dever ao bom trabalho desenvolvido pelo executivo municipal liderado pelo senhor Presidente, que tudo tem feito para que as expectativas criadas junto dos sintrenses tenham vindo a ser cumpridas, nomeadamente, no que diz respeito ao desenvolvimento de uma forma geral, às infraestruturas da saúde, à mobilidade, à educação, à segurança social e ao ordenamento do território. Uma palavra final para a Assembleia Municipal de Sintra que na sua diversidade e entendimento da organização da sociedade sintrense nas suas convicções ideológicas e políticas sempre tem procurado entendimento democrático no sentido de concretizar as políticas e ações locais, afirmando assim os princípios democráticos.-----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU**, referiu: Eu, como não podia deixar de ser, também venho aqui falar dos comboios da Linha de Sintra, porque esta é uma matéria que preocupa a CDU, aliás, sempre nos preocupou. É caso para dizer que a luta continua e tem que continuar. De facto a luta pelo passe social intermodal foi longa, mas acabou por ser bem sucedida e só pecou por ser tardia, contrariamente àquilo que é o entendimento do CDS-PP. O que não pode ser agora tão longa é a reposição da normalidade na circulação ferroviária da Linha de Sintra. Note-se que digo apenas “reposição da normalidade” e ainda não falo da melhoria dos serviços prestados pela CP que deveria acontecer, particularmente após a entrada em vigor do passe social, isto no sentido de motivar a procura deste transporte público com todas as vantagens que daí decorrem e que me dispenso agora de voltar aqui a enunciar e a enaltecer. Efetivamente é inadmissível, e até contraproducente, que passado um mês da entrada em vigor do passe social as supressões tenham ocorrido com uma frequência como nunca tinha sido vista até aqui. Isto é, no momento em que se espera e se deseja que a CP não falhe, eis que falha redondamente. Os números são bastante esclarecedores: na semana passada, em apenas 2 dias, tivemos a supressão de 89 comboios. São muitos comboios suprimidos! É claro que a razão de todas estas supressões é sobejamente conhecida, ou seja, a falta de material circulante para fazer face quer às avarias, quer às imobilizações para manutenção. Também sabemos que a EMEF contratou recentemente 102 novos trabalhadores mas, ao que tudo indica, estas contratações serão insuficientes para dar a devida resposta em tempo útil aquelas que são as reais necessidades atuais. Mas a falta de investimento público não se fica apenas por aqui, ou seja, pela simples manutenção do material circulante. Recordamos, por exemplo, a degradação das condições na estação de Algueirão-Mem Martins que já temos aqui dito por diversas vezes, carece de uma intervenção urgente. Recordamos também a falta de um terminal ferroviário na Portela de Sintra, uma infraestrutura que consideramos imprescindível e que tarda também em dar um primeiro passo. Comecei por falar numa luta mas, afinal, temos é mais do que uma luta a trabalhar, no sentido de dar uma maior operacionalidade aos serviços ferroviários na linha de Sintra, no sentido de prestar um serviço de qualidade às populações que se espera e se exige deste serviço público de transportes. Para terminar, eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se, à semelhança daquilo que aconteceu com as questões da Saúde em Sintra, também agora a Câmara Municipal se vai substituir ao Governo assumindo todos estes investimentos de que a Linha de Sintra efetivamente carece. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu começava por responder à parte final da intervenção do sr. deputado Rogério Cassona. Claro que não vamos fazer isso

porque não temos meios para o fazer. Se tivéssemos meios para fazer pensávamos essa matéria. Nós temos vindo a protestar seriamente contra esta situação, não é de agora. Eu lembro-me que no Governo anterior já tinha havido um protestos sério até em matéria de segurança, porque havia um problema dos carris e das rodas que era necessário ser estudado, e foi estudado nessa altura como um problema de segurança. Acho que é altura de nós mantermos o protesto claro, mas começarmos a pensar na solução. Temos de apresentar soluções para que este problema seja minorado. Há várias soluções possíveis, não há só uma. Uma deve ser baseada só no investimento público, temos de fazer contas e saber se há investimento público possível neste momento para fazer face, em tempo útil, à situação que vivemos. Nós temos que resolver esta questão em tempo útil, não é para amanhã, não podemos fazê-lo, mas que nos dêem um horizonte temporal em que seja possível através do investimento público, ou seja, verbas que saem do Orçamento de Estado para a mobilidade rodoviária e ferroviária. Em segundo lugar temos de ver se é possível encarar o investimento privado neste setor, e em que condições. Temos que discutir isso se queremos resolver o problema não podemos fechar as portas todas. Se me pergunta o que acho que se deveria fazer para resolver a questão, eu respondo que era fazer um estudo sério, saber qual o investimento possível, e fazer um calendário para o Estado cumprir a sua missão e investir. Agora temos que saber se há dinheiro e se há vontade política. Essa é uma questão política de fundo. Se houver dinheiro e vontade política, esse é o caminho. Se Estado não quiser assumir essa responsabilidade, alguém tem de assumir. Não podemos é manter a situação, isso é que não é possível. Temos de pensar na solução, não podemos continuar só a protestar sem apresentar soluções da nossa parte para resolver o problema. Espero bem que seja possível resolve-lo com o dinheiro do Orçamento de Estado. Ainda por cima, como sabe, a Linha do Oeste vai ser toda eletrificada e melhorada e não se percebe porque é que nós continuamos numa situação deficitária. O problema está em cima da mesa.-----

--- Foi submetido a apreciaçãoo Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-**

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Vou tentar ser o mais breve possível uma vez que, como sempre, a matéria está explanada em texto próprio. A primeira notícia é que está a avançar o projeto *Stone City*, na antiga fábrica Pardal Monteiro. No dia 30 de Maio vai haver uma reunião na fábrica Pardal Monteiro com todos os intervenientes, o Sr. Presidente da Junta estará presente, no sentido de começar a esboçar os primeiros atos, atitudes e iniciativas de investimento. Agora, é claro que a Câmara Municipal já deu aquilo que tinha a dar em termos financeiros. Este é um caso paradigmático em que a Câmara investe 720 mil euros no terreno e entrega-o à iniciativa privada para que, em contrapartida, a iniciativa privada faça os investimentos que tem que fazer no centro tecnológico. O protocolo ainda não está assinado, estamos a discuti-lo porque tem de haver prazos para a iniciativa privada começar a investir. Tem de haver prazos para a obra começar e acabar. Tem de haver prazos e corresponsabilização e isso é uma matéria que está a ser tratada. Creio que os intervenientes tem credibilidade suficiente para nós podermos ter tranquilidade. O dia 30 vai ser um momento importante, estão os arquitetos estão os industriais estão todos para verem no terreno o que é que se vai fazer. O primeiro projeto está feito, mas há uma matéria importante chamada financiamento, e outra chamada apoios comunitários. Os apoios comunitários estão a ser seguidos, e para o financiamento a banca está a ser contactada, mas isso já não é matéria da Câmara. Será matéria que os privados têm de resolver, nós podemos ajudar no que for necessário, mas não nos podemos substituir aos privados, essa é sua responsabilidade.-----

--- Foi aberto o concurso público para a construção do Centro de Saúde de Algueirão- Mem Martins que vai servir 62 mil utentes. Um investimento de 3.855.000,00 euros, que tem 4 unidades de saúde familiares independentes. A empreitada já foi adjudicada na última reunião da Câmara e o atraso de 8 meses da portaria de extensão de encargos custou aos nossos contribuintes 500 mil euros.-----

--- Continuamos a fazer investimentos nas escolas de Sintra. Trata-se de um plano de investimento de cerca de 24 milhões de euros a realizar até 2021. Neste momento já estão realizados, ou em vias de realização, cerca de 8 milhões de euros. Também começamos o investimento nas escolas do Estado. Vamos começar já pelos telhados, pelas caixilharias, pela pintura e, logo a seguir, os ginnodesportivos e as cozinhas. São 8.800 mil euros. Este ano o Estado não dá quase nada, só cerca de 50 mil euros. Para o ano é que vai dar - espera-se - mas nós avançamos já com o dinheiro da Câmara para que as obras não parem.-----

--- Em termos de ciclovias, fizemos vários investimentos em Rio de Mouro e Agualva- Cacém, numa extensão de 12 quilómetros de ciclovias, um investimento estimado de 2.200.000 mil euros, num prazo de execução de 10 meses. Iniciámos a construção da rede ciclável da Cidade de Queluz e dos eixos de Massamá-Belas. Foram 2 autos de consignação no valor de 1.512.000 euros. É o início da 2ª fase desses trabalhos, com a extensão de mais 11,2 quilómetros. Portanto, temos 23 quilómetros novos em construção, mais os 5 que já existiam, ficamos com cerca de 30 quilómetros. Mas as ciclovias mais bonitas ainda não estão aqui. São as chamadas ciclovias do Atlântico, que hão-de ir de Colares até às Azenhas do Mar. Será das ciclovias mais bonitas do País, mas aí temos problemas porque há muito muito terreno privado que terá de se expropriado ou comprador. Enfim, temos este conjunto de ciclovias novas, com 23 quilómetros e aproximadamente 4 milhões de euros de investimento.-----

--- Fomos eleitos, mais uma vez, um dos Sítios Mais Sustentáveis do Mundo, na Feira de Berlim, que é talvez a feira de turismo mais prestigiada do mundo. Foi receber o prémio a Drª Maria João Raposo e, mais uma vez, temos esse galardão.-----

--- Aprovámos também a Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana que, aliás, já foi aqui apresentada.-

--- Estamos a plantar uma árvore por cada pessoa que nasce no nosso território. É uma forma de ajudar o ambiente e ao mesmo tempo fixar as pessoas. Infelizmente não temos plantado tantas árvores como gostaríamos.-----

--- A rede de drenagem de águas residuais domésticas no Mucifal e Banzão vai ser prolongada. É um investimento na ordem dos 250 mil euros, com um prazo de 120 dias. Parece uma coisa pequena mas não é, porque esta é uma zona com imensas inundações que prejudicavam imenso as pessoas que lá vivem e agora essas águas residuais vão ser drenadas.-----

--- Em termos de valorização do território, pedimos uma coordenação entre as entidades com responsabilidade no Ordenamento do Território. Fizemos um apelo muito veemente nesse sentido. A nossa experiência do PDM aconselhou muito este trabalho; o nosso conceito estratégico ambiental vai muito nesse sentido; mas este apelo foi feito por mim aqui em Sintra, no Centro Cultural Olga Cadaval, na presença do senhor Ministro do Ambiente que veio aqui falar dos vários parques urbanos, e acabou por falar do Parque Urbano de Sintra. Enfim, teve de ouvir algumas coisas relacionadas com esta necessidade de coordenação entre as várias entidades, porque não é possível que por falta de um parecer do ICNF ou de uma outra entidade as coisas demorem meses. As situações têm de ser óbvias, porque a reforma administrativa também é isto - a capacidade de coordenar as várias entidades. Nós aqui em Sintra, como é sabido, criámos uma figura, que é a Conferência de Serviços, onde o conjunto dos serviços se reúnem em volta da mesa e decidem. Muita demora foi evitada e, a nível do Estado, era bom que a chamada Conferência de Serviços fosse usada e abusada, porque muito tempo se poupava

nesta matéria.-----

--- Em matéria de Solariedade Social, queremos dizer que o Plano Local de Saúde de Sintra 2018-2020 esteve em discussão pública até 15 de Março e foi aprovado na última reunião do executivo camarário.

--- Já agora, se me é permitido, quero dizer que no dia 28 de Junho nós vamos inaugurar 3 Centros de Saúde: Almargem do Bispo, que vai começar a funcionar segunda-feira, mas vamos inaugurá-lo formalmente; Sintra; e o de Aqualva, que é aquele que, com certeza, nos dará um prazer muito particular. Portanto, a inauguração será dia 28 de Julho porque gostaria muito que o sr. Primeiro-Ministro viesse e estivesse connosco nesse dia.-----

--- Em termos de Educação e Cultura, o Festival Periferias regressou a Sintra. Foi um grande festival com 17 dias de cultura destinados à lusofonia e a novos talentos. Houve música, dança, teatro, e uma Feira do Livro, que proporcionaram momentos muito interessantes. Vamos ter este ano, outra vez, o Lisboa Film Festival em novembro, com Wim Wenders e Maria João Pires. Portanto, vamos manter este Festival que vai começar exatamente depois do nosso Festival de Sintra, o qual começa exatamente depois do Festival de Ópera. Vamos ter, portanto, um conjunto de iniciativas todas elas viradas para a cultura. O Festival de Música Barroca tem sido um êxito enorme, com as igrejas completamente cheias em todo o concelho. Desde a Ulgueira até São João das Lampas, todo o concelho tem recebido esta iniciativa. O MUSA tem uma exposição muito interessante de Nadir Afonso até 5 de Janeiro de 2020. Trata-se da maior exposição de Nadir Afonso. Inaugurámos o Pavilhão de Ouressa, em Algueirão Mem Martins, e o de Fitares. Foram dois momentos muito bonitos que contaram com a participação de dezenas de jovens e foi muito interessante ver como estes equipamentos são úteis e importantes para as famílias.-

--- Em termos internacionais temos mantido a nossa presença no Comité das Regiões, em Estrasburgo, no Conselho da Europa, onde Sintra tem sido um exemplo de integração e acolhimento de emigrantes e de respeito de direitos sociais. O “Sintra Inclui” e o “Sintra Integra” têm sido escolhidos como exemplo. A OCDE também nos tem convidado para reuniões específicas no âmbito do seu conselho consultivo, onde são abordados problemas tem interesse, não apenas europeu, mas a nível mundial como o combate ao terrorismo, geoestratégia mundial, desenvolvimento inclusivo, evolução económica. São temas que interessam muito ao nosso território e às pessoas que aqui vivem.-----

--- Em relação a mobilidade e ambiente, assinámos com a IP e a Parques de Sintra- Monte da Lua o memorando para a construção da Ponte Verde sobre a IC19. Um investimento bastante grande, mas está já assinado o compromisso para se fazer a Ponte Verde que atravessa a IC19, entra na Matinha, passa o Outeiro das Forçadas e entra depois em Oeiras.-----

--- Fizemos a reabilitação de infraestruturas na Urbanização da Tapada das Mercês, na Rua Lopes Graça. É a 3ª fase da empreitada de reabilitação de infraestruturas. Inaugurámos o Parque Infantil da Praia da Maçãs, o parece uma coisa pequena e com pouco significado, realmente foram só 88 mil euros, mas foi muito interessante, simbolicamente, porque o parque estava abandonado há muito tempo. Agora estamos a estudar toda a parte envolvente do parque infantil para podermos recuperar, mas temos de ter a intervenção da IP porque o terreno é propriedade da Infraestruturas de Portugal e da APA. Vamos ver se conseguimos! Finalmente, a requalificação do Largo das Mercês, que teve incio em março, com um prazo de execução de 9 meses e um investimento que se aproxima dos 400 mil euros. -----

--- O **Presidente da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, Deputado Rui Alexandre de Jesus Maximiano**, referiu: Aproveito esta oportunidade para vos falar do Centro de Saúde de Almargem do Bispo, e faço-o hoje quando a sua entrada em funcionamento se encontra iminente e quando por parte da nossa Câmara Municipal de Sintra se encontra cumprido o seu

..../....

compromisso com a população da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar em edificar um imóvel que garante a prestação de cuidados básicos de saúde de forma digna e suficiente. Perde-se na memória de muitos o percurso seguido e os acontecimentos que fazem a história de um edifício tão desejado, tendo sido objetivo de mandatos autárquicos em sucessivos executivos, e posso dizer que acompanhei pessoalmente cinco deles. Senti como poucos a sua elevada necessidade e os muitos constrangimentos, por uma população reivindicativa mas humilde, que apenas sempre exigiu que os espaços onde os cuidados de saúde têm vindo a ser prestados permanecessem abertos, sendo que muitas das vezes apenas em 2 meio dia por semana. A luta da população foi sempre para que o pouco que tinha não lhes fosse retirado, e foi assim em reuniões públicas da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, e mesmo nesta sala nas Assembleias Municipais ou manifestando-se no espaço público, e que sempre contou com o apoio da Junta de Freguesia e deste executivo municipal. Hoje tenho muito a agradecer a esta Câmara Municipal e ao seu executivo, Sr. Presidente Dr. Basílio Horta, pois foram vós, e não quaisquer outros, que conseguiram esta obra, pois se não fosse a vossa consciência de dever público, de servir os munícipes, de sentir que se a Câmara Municipal pode, tem o dever de fazer, e que não pode nunca ignorar aqueles que serve salvaguardando-se em terceiros ou em causas de competência ou do dever legal. Ao nível da proximidade, os executivos quer da Junta de Freguesia de Almargem do Bispo, quer da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, também muito se empenharam, tal como os membros das suas assembleias de freguesia, em garantir condições para a manutenção do funcionamento das Extensões de Saúde existentes, sobretudo em Dona Maria e Almargem do Bispo, em que o apoio administrativo foi assegurado durante vários anos por funcionários da Junta de Freguesia, algo que não aconteceu em qualquer outro local do Concelho de Sintra. O Novo Centro de Saúde de Almargem do Bispo é também ele diferente de outros que surgiram, ou vão surgir, no concelho, uma vez que foi edificado em terreno cedido pela Junta de Freguesia. Terreno esse com limitações urbanísticas que foram necessárias colmatar com despacho conjunto do Governo Central e em que, mais uma vez, a diplomacia e o empenho da nossa Câmara Municipal foi determinante. Por todas estas causas o Centro de Saúde de Almargem do Bispo é um edifício muito desejado e que para muitos será certamente considerado o melhor que a sua Câmara Municipal lhe poderia oferecer. O acesso à Saúde na área da Freguesia de Almargem do Bispo tem sido muito limitada, sobretudo na última década, em que o atendimento urgente ou não planeado, é conseguido apenas com muitas limitações. Não ter um Centro de Saúde com condições adequadas também tem sido causa de constantes dificuldades em se dotar os espaços de saúde com profissionais de saúde dedicados, tendo-se por isso nos últimos anos acompanhamento por médicos contratados ou em regime de avença, que ganham por consulta ou ao dia, que não fazem um adequado planeamento do acompanhamento dos seus utentes e que em muitos casos são soluções temporárias para meses e muitos casos até para dias. A entrada em funcionamento do Novo Centro de Saúde num edifício moderno, estruturado, construído de raiz para o seu designio vem finalmente, criar condições para ter ao serviço da população que vai servir, uma equipa dedicada de profissionais de saúde, bem como condições ideais para a sua permanência, num horário regular, com uma população que tem sofrido muitas limitações e que merece tudo. Em todo este percurso há que destacar a entrega, humanismo e a capacidade de concretização do Sr. Presidente, Dr. Basílio Horta e do Vereador responsável pelo pelouro da Saúde, Dr. Eduardo Quinta Nova, que aqui reconheço com grande admiração. Por todo o descrito, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, quero aqui expressar o enorme agradecimento que a população que represento, e eu próprio, tem por V. Excelência e pela

Câmara Municipal de Sintra que superiormente dirige.-----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Não tem nada que agradecer. Eu acho que nós é que temos de lhe pedir desculpa e às suas gentes porque o centro durou muito tempo a ser feito, tempo demais, durou cerca de 4 anos desde que começámos. Primeiro por que o terreno era RAN e foi uma saga para mudar o terreno para fazer o centro de saúde. Não era para um restaurante nem para um hotel, era para um centro de saúde e demorou perto de dois anos. Depois a aprovação do projeto demorou quase mais um ano. Depois a construção e a célebre portaria de extensão de encargos. Não sei se recorda, mas no centro de Almargem do Bispo aconteceu uma coisa espantosa: o empreiteiro trabalhou sem receber porque o Tribunal de Contas não dava visto sem sair a portaria e nós não podíamos pagar ao empreiteiro, mas o homem continuou a trabalhar mesmo sem receber e, felizmente, saiu a portaria de extensão de encargos, com a ajuda do sr. Primeiro Ministro. Portanto, este centro de saúde é realmente a menina dos olhos do Presidente da Junta mas também, se me é permitido, da nossa Câmara. Ainda por cima, como disse e bem, o edifício é lindíssimo, parece uma pousada. Realmente, acho que ficaram muito bem servidos e é um momento muito importante ver o entusiasmo das pessoas por ter aquele centro de saúde. -----

--- **O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Sr. Presidente tenho algumas questões relacionadas com o relatório de atividades que nos apresentou, mas também um pouco com o futuro. Não posso deixar de voltar um bocadinho atrás para falar da Linha de Sintra. O Sr. Presidente tem sido interventivo, exigindo responsabilidades a quem as tem, sabemos disso, reconhecemos essa energia, sublinhamos que é um problema muito delicado e que não é só uma questão do tempo dos protestos e não é só uma questão de investimento público que se tem de calendarizar, é sobretudo uma questão de segurança. Eu sou utilizador diário da Linha de Sintra, que está num grande estado de degradação e as composições que nela circulam também. Os problemas e o desinvestimento não começaram agora, mas a cada dia que passa piora e nós temos que continuar. Apesar do Sr. Presidente da Câmara há pouco ter dito que já passámos o tempo dos protestos, temos de continuar a insistir, porque se acontecer alguma coisa - espero que não - nós não nos iremos perdoar.-----

--- Sobre a questão do investimento público estamos de acordo de que é preciso fazer investimento público. É preciso mobilizar fundos europeus. Os fundos europeus para o transporte público e para o combate às alterações climáticas são dos poucos que, se calhar, aqui para esta zona da Área Metropolitana de Lisboa podemos mobilizar com alguma facilidade, e temos que insistir nisso. Temos que manter a ideia do serviço público. O serviço público para transporte ferroviário é fundamental. O investimento privado, na nossa ótica, não é solução. Veja-se o que aconteceu aos caminhos de ferro de Inglaterra quando a senhora Margaret Thatcher decidiu privatizá-los. Só os mais rentáveis é que sobraram, grandes problemas de segurança e a nacionalização foi a solução para muitos dos casos. Portanto, vamos pensar no investimento público, vamos pensar que temos que investir largos milhões. A Câmara de Sintra e as outras autarquias poderão ter um papel importante nisso, mas é preciso mais e, obviamente, que da nossa parte, Bloco de Esquerda, estamos disponíveis, sempre estivemos, sempre nos batemos por isso e continuaremos a fazê-lo. A questão do transporte ferroviário no concelho de Sintra leva-nos uma questão mais abrangente, que é a questão da mobilidade. Já aqui fizemos a questão várias vezes e volto a trazê-la: Para quando o Plano de Mobilidade para o concelho? Foi-nos anunciado que seria para este Verão e eu pergunto: Será que a promessa se vai cumprir? Para quando e em que moldes? Vamos ter um Plano de Mobilidade em discussão pública numa altura em que as pessoas o

..../....

discutam, ou vai ser assim uma coisa meio apressada?-----

--- Ainda relacionado com a mobilidade e com o relatório que nos trouxe: A rede de ciclovias a rede ciclável. Já aqui falei das ciclovias há uns meses e levantei um conjunto de questões que me parece que não estão a ser acauteladas com a conceção das ciclovias nomeadamente: O traçado, a largura das faixas e das vias, o conflito entre os peões e os ciclistas que não está a ser acautelado porque o espaço pedonal está a confundir-se um pouco com as ciclovias e também com a ideia de para que é que teremos ciclovias, para passear ou para uma ideia de mobilidade. E a pergunta, senhor presidente, é se nesta rede de ciclovias que está a crescer - e eu acho que todos os metros de ciclovias são bons investimentos - estes problemas de conceção que foram já identificados e que, apesar destas ciclovias estarem de acordo com os regulamentos, os utilizadores queixam-se destas questões, se a câmara já tomou alguma medida para inverter esta situação e para que as novas ciclovias sejam mais adequadas às necessidades?-----

--- A terceira questão que queria levantar tem a ver com a aprovação de uma moção proposta pelo PSD por causa da política salarial da Parques de Sintra - Monte da Lua, da qual a câmara tem uma parte do capital. Foi aqui lembrado que há trabalhadores com mais de uma década de casa que nunca viram um aumento. Uma empresa que dá milhões de lucros todos os anos. Inclusivamente, tivemos esta polémica recente do Ministério das Finanças querer vir cá buscar algum dinheiro para levar para outros sítios, mas que paga de uma forma muito pouco digna aos seus trabalhadores. E a pergunta é: O que é que a Câmara fez neste período desde que esse assunto foi aqui discutido para tentar que a situação se invertesse?-----

--- A última questão tem a ver com política de habitação e turismo. Temos falado muito sobre a reabilitação urbana, aguardamos o plano de reabilitação urbana para ver que medidas traz. Mas há outra questão que também nos preocupa muito, que é a questão do alojamento local. A proliferação de alojamento local, sobretudo aqui na zona de Sintra, na zona histórica e na zona salaio, que está a fazer com que o mercado imobiliário se torne muito agressivo para Moradores e, sobretudo, para arrendatários. Está a levar muitas pessoas a sair destas zonas apetecíveis. Assim, a pergunta que eu faço é: O que é que a Câmara está a fazer para limitar o mercado do alojamento local. Não podemos continuar a deixar que estes fenómenos de “descentrifugação” se instalem e que continuem a tirar pessoas dos centros urbanos e a fazer com que os preços das rendas e das casas para compra aumentem de uma forma escandalosa. Portanto, que medidas é que a Câmara já pensou e que medidas é que a câmara pretende implementar para responder a esta situação? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito rapidamente e voltando ainda ao transporte ferroviário, eu pedia ao Sr. Deputado André Beja que visse o seguinte: Há uma grande diferença entre concessão e privatização, não é a mesma coisa. Ou seja, nós concessionamos a rodovia, o transporte rodoviário está concessionado e não creio que ninguém levante esse problema. Uma coisa é a privatização pura e simplesmente, que é dar o direito de explorar isoladamente e com direito próprio um determinado setor; outra coisa é o Estado manter esse direito mas, em vez de o exercer diretamente, dar a outrem para exercer em nome dele. Portanto, estou a dizer isto para se perceber que se queremos resolver o problema não pode haver portas fechadas. Temos de analisar todas as possibilidades e discuti-las abertamente, sem medos. Eu acho que ninguém defende a privatização, mas a concessão pode ser estudada. Não sei se há possibilidades de haver concessão ou em que termos, mas é uma possibilidade que temos que estudar. O grande problema que o sr. deputado André Beja referiu e que tem de ser resolvido é o problema da segurança. Um problema sério e, ai de

..../....

nós! se amanhã acontece uma tragédia aqui. Eu ponho a resolução desse problema acima de tudo o resto.-----

--- Em relação ao Plano de Mobilidade, vamos ter em junho o Plano de Mobalidade. Vai ser posto em discussão pública pelo prazo que a lei diz - 90 dias - mas se for necessário mais um mês ou dois não há problema nenhum. Nós queremos que o plano seja discutido, interiorizado, e que seja participado porque vai ser um pouco a biblia da nossa mobilidade interna. Nós queremos que seja um plano participado de uma maneira intensa pelas pessoas, que o vão ter de respeitar.-----

--- Em relação à Parques de Sintra - Monte da Lua, creio que a Administração, pela informação que tenho, tem estado a falar com os sindicatos, nomeadamente, já falou com os sindicatos da UGT e já está a falar com os sindicatos da CGTP. Mas a Administração tem um problema que é a limitação que o Governo faz num aumento de 2,6%, o que é, obviamente, uma injustiça. Estão há de mais de 10 anos sem receber aumentos de vencimentos, o mínimo que era exigível era de 4,3% de aumento e essa é uma luta que estamos a travar em conjunto. A resposta que nos é dada é esta: "Nós não podemos ver a Parques de Sintra- Monte da Lua isolada do resto do setor público empresarial e se nós abrimos uma porta aqui temos que abrir uma porta noutros sítios". Admitem até que na empresa Parques de Sintra - Monte da Lua, com lucros de 8 milhões de euros, se pudessem seria perfeitamente natural e justificado, mas haverá empresas em que a situação não é a mesma e que se calhar o aumento 4,3% não poderá ser aplicado. Mas eu acho que para cada caso, uma decisão diferente. Portanto, a situação é esta: A Administração é de opinião que se deveria dar os 4,3% de aumento.-----

--- Em relação ao Alojamento Local, esse problema em Sintra não é tão grande. A maioria do Alojamento Local está em quintas, em prédios há muito pouco. Temos as estatísticas e o que está a acontecer agora é um abrandamento enorme do Alojamento Local. Ultimamente não temos tido pedidos, pararam. Esse problema pode existir, eventualmente, em Lisboa nós aqui não temos tido. Só se não estão registados, os números que temos são estes.-----

--- Em relação às ciclovias, não lhe sei responder porque eu não sou técnico de ciclovias, mas os serviços com certeza que estão a fiscalizar, porque a legislação assim o obriga.-----

--- **O Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Em relação à atividade municipal e numa análise pormenorizada, podemos concluir que os documentos refletem uma boa saúde financeira das contas do Município. Essa situação financeira leva-nos a concluir que se a câmara tivesse mais empenho e, acima de tudo mais capacidade - infelizmente não é o caso - permitia-lhes antecipar ou fazer novos investimentos e mais estruturantes para o nosso município. Um Município é rico pela qualidade de vida que oferece aos seus munícipes e visitantes e não pelo dinheiro que consegue armazenar no Banco. Temos referenciado que a Câmara tem tido dificuldade em adjudicar obras e, em consequência, faz com que a Câmara tenha tendência a acumular saldos cada vez mais elevados e a aplicar os mesmos mais lentamente. Julgamos que seria prudente alterar esta situação de forma a tornar mais reprodutiva a receita municipal. Era importante saber se a Câmara tem alguma justificação. Porque é que isto acontece? Se já fez alguma introspeção e chegou a alguma conclusão? Se sim, que medidas pensa tomar para alterar a situação ou, se ao invés, pensa continuar a acumular capital para se fazer substituir ao Estado Central nos investimentos do Concelho.-----

--- Num imóvel em avançado estado de abandono e degradação, falo das antigas instalações da Melka no Cacém, realizou a Câmara recentemente, juntamente com a escola profissional, uma atividade. Tendo em atenção que o Sr. Presidente da Câmara referiu por diversas vezes que o espaço se destinava a um polo universitário, ou a uma esquadra da PSP, ou aos Bombeiros do Cacém, pergunta-se: É possível

..../....

dizer-nos alguma coisa sobre o destino deste imóvel?-----

--- Vem refletido na atividade municipal, ou tem sido referido, que a Câmara tem reabilitado e adquirido alguns imóveis. No entanto, não temos visto, e penso que também não vem referido no relatório, os prédios do Rio do Porto no Centro Histórico de Sintra que deveriam ter sido reabilitados. Fomos informados de que seriam para habitação jovem, mas não temos conhecimento de qualquer projeto em curso, pergunta-se: O que os pode dizer sobre este assunto? -----

--- No anterior mandato, a CDU defendeu na Câmara Municipal de Sintra que o Mercado de Queluz deveria ser reabilitado e que nas áreas sobrantes deveria funcionar uma Loja do Cidadão. Sabemos que o mesmo foi reabilitado. Pergunta-se: É possível a Câmara informar para quando a estrutura da referida Loja do Cidadão e qual a utilização para eventuais outras áreas sobrantes?-----

--- Também na análise que fizemos ao relatório, deparámo-nos com dificuldades em ficarmos com uma ideia do que se passa com o Banco de Terras, pois a informação é escassa. Pergunta-se: Houve procura? Foram atribuídos terrenos? Se foram cedidos, qual é o desenvolvimento? Estamos a conseguir o desenvolvimento agrícola do concelho, uma aposta tanta vez referida pelo Sr. Presidente.-----

--- A CDU tem vindo a levantar durante o presente mandato, várias vezes, a questão dos aterros ilegais existentes em Sintra. Assinalamos que existiam em Fervença, Cabriz, Terrugem, mas não temos informação sobre medidas que têm sido tomadas. Pergunta-se: Qual é o ponto da situação? Que medidas foram tomadas ou, pura e simplesmente, não foi tomada qualquer medida?-----

--- Pousada da Juventude: Observamos que a obra está claramente atrasada. Pergunta-se: Quando é que as obras vão estar prontas e quando vai entrar em funcionamento? -----

--- Sede dos Escuteiros de Sintra. Pergunta-se quando se vão iniciar as obras de consolidação da estrutura? -----

--- Revisão do PDM de Sintra: Dado que a Assembleia Municipal foi informada em reuniões anteriores de que tudo estaria pronto para ser enviado às entidades oficiais, pergunta-se: Será que também estamos claramente atrasados neste processo? -----

--- Casal do Cotão - saíram notícias de insatisfação por parte dos moradores pela acumulação de lixo e de automóveis abandonados, pergunta-se: Foi tomada alguma medida para sanar o problema ou continuamos na mesma? -----

--- Considerando a construção do Centro de Saúde de Algueirão - Mem Martins e o arranjo da sua envolvente, era importante - e propomos ou sugerimos, como entender melhor - que seja feita também a requalificação dos espaços públicos ajardinados na área do Bairro de São José que encosta com o futuro Centro de Saúde, sem esquecer a reparação do parque habitacional camarário do referido bairro.-

--- E ainda a delimitação do estacionamento: Sobre a taxa municipal, questionamos se temos alguma projeção ou temos alguma ideia de qual o valor que esta taxa pode vir a atingir? -----

--- Em relação à Parques de Sintra-Monte da Lua, temos vindo a referir, e o sr. presidente também já o fez, que foi um erro estratégico por parte da Câmara da altura, ao ficar só com aquele capital e que hoje estamos a pagar caro. A pergunta que se faz é se Sr. Presidente e a Câmara fizeram algumas démarches no sentido de vir a poder ter a maioria do capital da Parques de Sintra Monte da Lua? -----

--- No Pavilhão de Algueirão - Mem Martins, recentemente inaugurado, pergunta-se se é para ser gerido diretamente pela Câmara ou se é para entregar a uma coletividade ou a alguma associação como se falou algum tempo atrás, para o clube de basquetebol de uma escola lá da nossa terra.-----

--- Em relação ao silo de Monte Abraão, na intervenção do Sr. Presidente não ficaram clara as medidas que irá tomar. Com certeza que o Sr. Presidente foi claro, as dificuldades foram minhas concerteza. Se for possível esclarecer melhor, dadas as minhas dificuldades de perceção, agradecia.-----

--- O relatório financeiro da Câmara mostra-nos uma boa saúde financeira, mas também nos mostra algum atraso na execução. Pode acontecer que sejam obras em curso e não estejam executados os seus valores, mas não podemos deixar de identificar essa situação. No relatório não fala - pelo menos não li e, como sabem, eu evito falar em questões ligadas aos Bombeiros ou Proteção Civil - do período em que as coisas devem ser preparadas para acudir aos fogos na devida altura. Não tem nenhuma referência. Eu conheço a situação, penso que tem sido feito trabalho mas, se fosse possível referir alguma coisa, seria importante.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Se eu tivesse ou pudesse responder pormenorizadamente a tudo aquilo que o Sr. Deputado Jacinto Domingos aqui pergunta, seria o correspondente à totalidade do mandato. Não é isso que nós estamos a discutir. Estamos a discutir 2 meses, estamos a discutir Fevereiro e Março e não mais do que isso, senão temos de começar já a dizer tudo o que se vai fazer, o que está feito, e o que se vai fazer, e não é esse o objetivo deste relatório. No entanto, eu acho que o Sr. Deputado Jacinto Domingos apresenta aqui alguns pontos que necessitam de esclarecimento.-----

--- O primeiro é o problema do Casal do Cotão. Vamos receber os moradores na próxima sexta-feira na sequência de um abaixo-assinado sobre um problema de estacionamento. Nós já investimos no Casal do Cotão 1,5 milhões de euros nos últimos 3 anos. Temos feito ali obras na Escola Básica, recuperação do polidesportivo, recuperação do espaço infantil, o acesso pedonal à estação da CP. Foram vários investimentos mas, pelos vistos, não são suficientes. Vamos receber as pessoas, falar com elas e tentar resolver aquilo que puder ser imediatamente resolvido.-----

--- Quanto ao problema do investimento, aí o Sr. Deputado Jacinto Domingos não tem razão absolutamente nenhuma. Insiste numa tecla que - desculpe que lhe diga, com a amizade que sabe que tenho por si - é errada, julgo eu. Não leve a mal o que vou dizer - este tipo de discurso é um *kamikaze* eleitoral. Ou seja, dizerem que não há investimento quando toda o Município está em obras; quando se opõem ao hospital; e quando questionam tudo aquilo que é investimento da Câmara em matéria do mais alto serviço público, ninguém entende isso desculpe que lhe diga! Dizer que não há investimento em Sintra quando nós este ano vamos ter cerca de 55 milhões de investimento, para o ano 54 milhões, e temos investimento marcado até para depois do nosso mandato, até 2022. É uma injustiça dizer que nós temos o dinheiro no Banco. Não temos! Que há atrasos na execução, é verdade. Mas que culpa tem a Câmara dos atrasos na execução quando nós temos empreiteiros que têm vindo, sistematicamente, a pedir prorrogação? O caso da Pousada da Juventude é um caso típico. Devemos chegar ao pé do empreiteiro e dizer: Você tem atrasos já de cerca de 100%, e vai embora, não acaba a obra?! E nós lançamos novos concursos, são mais 60 dias ou mais de 90 dias e, depois, o preço é completamente diferente porque os preços eram muito mais baixos. Não acha que devemos tentar com todos acabar a obra e fazer outra coisa? É verdade que a taxa de execução não é tão boa como queríamos, mas a responsabilidade não é nossa. Nós temos feito tudo para que seja executado, mas não é possível.-----

--- Em relação aos fogos já foram feitas coisas, não só em fevereiro e março, mas também em abril e maio. e agora vamos ter um grande exercício na Serra - o *Cascade* - mas você sabe isso melhor que eu porque está dentro do assunto. -----

--- Agora o que convém realçar é o problema do Casal do Cotão, porque é um problema de pessoas que estão a ser viver mal e nós temos o dever de responder imediatamente.-----

--- Em relação ao investimento, ajuste-se, actualize-se e ponha-se do nosso lado. Pergunte como estão

os investimentos do hospital e dos centros de saúde de Algueirão-Mem Martins e dos outros que vamos ter. Em Queluz, como sabe, fizemos as obras do Mercado que estão ótimas. Em relação à Parques Sintra - Monte da Lua, convença o Secretário de Estado do Tesouro para nos ceder os 70% que tem. O grande erro foi quando nós deixámos de ter os 51%, isso é que eu não percebo! Mas talvez se perceba quando o Nunes Correia dizia que assinou porque havia prejuízo na Parques Sintra - Monte da Lua durante muitos tempo e hoje dá 8 milhões de lucro. Portanto, o relatório dos meses de fevereiro e março está aqui. Se o Sr. Deputado Jacinto Domingos tiver mais alguma dúvida concreta, terei o maior gosto em responder. -----

--- **O Presidente da Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins, Deputado Valter Manuel Antunes Januário**, referiu: Aproveito este ponto para congratular a Câmara Municipal pelo incentivo à prática do desporto nas freguesias, com a construção e renovação dos pavilhões gimnodesportivos do concelho, valências que contribuirão para a promoção da atividade física e do desporto. O desporto é cada vez mais reconhecido como factor fundamental de desenvolvimento pessoal e coletivo, bem como um excelente veículo de promoção da saúde. É reconhecido que, nestes últimos anos, a Câmara Municipal de Sintra tem realizado um forte investimento nas infraestruturas desportivas. Relembro o investimento realizado por esta Câmara na colocação de novos relvados sintéticos nos diversos campos desportivos do concelho, em Algueirão - Mem Martins foram três os campos contemplados. Nenhum de nós, cidadãos deste concelho, podemos ficar indiferentes à sucessão de obras realizadas e ao planeamento rigoroso a que nos vamos habituando. Seria injusto não referir as significativas melhorias das condições nas escolas dos nossos jovens estudantes, quer nas instalações quer também nos espaços de recreio. Seria injusto não referir o contributo decisivo na construção dos novos centros de saúde no concelho, aqui já referidos, e, com alguma ânsia, ver o início da construção do Centro de Saúde de Algueirão - Mem Martins. Seria injusto não referir as grandes obras de valoração do espaço público que mudarão por completo o Concelho de Sintra. -----

--- **O Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues, do CDS-PP**, referiu: Trago aqui dois temas: Vou começar pela sustentabilidade Ambiental, mais propriamente para falar na proliferação de graffitis, tanto em Sintra como, especificamente, no Centro Histórico. Em Sintra, logo quando saímos da estação, o muro está completamente cheio de graffitis. Depois, na Volta do Duche, estão nos postos de electricidade, nos caixotes do lixo, nas caixas de electricidade, nas paredes dos edifícios como o antigo Hospital de Sintra, nas sinaléticas do próprio Gabinete de Apoio ao Munícipe e do Museu Anjos Teixeira que estão todas pintadas, e na própria sinalética de Sintra Património Mundial que está junto ao edifício da Câmara. Para além disso, também as bases das obras de arte que estão ali à volta estão quase todas pintadas. Penso que era bom que a Polícia Municipal reforçasse a vigilância e fiscalização. Por vezes anda em operações STOP, como aconteceu há uns dias com 6 elementos, às 9h30 da manhã, na Terrugem. Era melhor deixar isso para outras forças policiais e deixar a nossa Polícia Municipal dedicar-se mais a estas ações. -----

--- Outro problema bem perto de nós prende-se com o mau estado do muro do Parque das Merendas, que está cheio de ervas e não dá uma boa imagem aos turistas que nos visitam. -----

--- Por fim, queria falar sobre reabilitação urbana. Queria questionar sobre aqueles edifícios que estão por detrás do antigo hospital junto às escadinhas, que foram adquiridos para habitação para jovens. O que é que já foi feito e o que se pensa fazer? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Começo por responder-lhe à última pergunta, porque é um assunto muito atual e a sua história é muito simples. O primeiro projeto que foi feito para aqueles andares era um projeto inadequado, pelo que eu tive que o recusar; quando nós compramos o andar - o prédio ao lado era exatamente para Habitação Jovem -, foi submetido um projeto com T3 e T4, de andares muito bons para vender, mas não para Habitação Jovem, e portanto, teve que ser recusado e fez-se outro. Hoje mesmo aprovei o início do procedimento no despacho com o Engenheiro Luís Nunes, que é de 962 mil euros: são 11 apartamentos, quase todos T1, e poucos T2. Quanto aos graffitis, o senhor comandante da Polícia Municipal estará, com certeza, atento a essa problemática, que é muito difícil, e não acontece só em Sintra. Agora, há uma tinta especial que recusa os graffitis, e assim, temos que começar a pensar em usá-las mais. De qualquer maneira, é muito difícil, tem toda a razão, é muito difícil. -----

--- A **Presidente da União de Freguesias de Queluz e Belas, Deputada Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves**, referiu: Senhor Presidente, eu não podia deixar de vir aqui e congratular-me mais uma vez pelas ciclovias, mas não só pelas ciclovias, pela criação do Eixo Verde Azul um projeto megalómano, mas megalómano no bom sentido, porque ele é um projeto sentido, trabalhado e concretizável. Mas é megalómano, porquê? Porque será certamente um *case study*, a nível nacional e internacional, pela envolvimento que tem, pelas entidades que participam no mesmo, mas sobretudo, pela dinamização e pelo desenvolvimento que vai trazer para as eiras onde se vai implementar. Refiro-me concretamente às ciclovias que ligam Queluz e Belas e não só, Massamá e Monte Abraão, mas que recentemente, com a inauguração feita pelo senhor Presidente daquele eixo, daquele primeiro troço, trouxeram uma dinâmica completamente diferente para aquela zona, e hoje, Freguesias que tinham barreiras naturais como o rio, ou a estação dos comboios, hoje, as pessoas convivem ao fim de semana, inclusive, diariamente cruzam-se naquele espaço, e é fantástico ver a forma como o mesmo, hoje, é usufruído pela população. Claro que este projeto faz parte de um projeto mais ambicioso, e também quero aqui reforçar e salientar as afirmações do senhor Presidente e a garantia que deu de que a ponte verde será um compromisso que não ficará adiado pelas situações que foram causadas com a questão na Parques de Sintra-Monte da Lua. Para o PS, as pessoas estão primeiro, e o Senhor Presidente, a prova disso, é aquilo que faz! E continue, continue a fazer investimento. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para informar a senhora Deputada Paula Alves que não é diretamente o Eixo Verde Azul, mas é uma coisa de que falámos aqui várias vezes que é a 1ª fase do Parque Urbano da Serra da Carregueira, do professor Sidónio Pardal. A obra vai para concurso público - o projeto está feito, o caderno de encargos está em concurso público por 2 milhões e 82 mil euros, portanto, vai ser adjudicado, e a 1ª fase da Serra da Carregueira será apresentada, no próximo Conselho de Opinião, pelo Professor Sidónio Pardal. Dali partirá, precisamente, o Eixo Verde Azul. -----

--- O **Deputado António Branco Nunes do CDS-PP** referiu: A propósito da sustentabilidade ambiental, e a propósito de um tema que já foi aqui tratado, mas que eu não estava presente na altura, razão pela qual não sei com que profundidade é que foi tratada, mas eu gostava de vir dar uma achega e tentar fazer com que as coisas tenham um término mais rápido. Imagine que a maior parte de nós já tenha tido um familiar ou um amigo como uma doença maligna. Podíamos falar da tragédia que é para um doente e para os seus familiares essa mesma doença. Imaginem apenas, à medida que falo de números, que

..../....

um desses números é um amigo, é um familiar, é um de nós. O Linfoma *não-Hodgkin* é uma neoplasia maligna, e os doentes *não-Hodgkin* têm uma probabilidade de sobrevivência de 90 por cento, aos 5 anos, para as fases menos agressivas da doença. São diagnosticados, anualmente, 1700 casos de linfoma *não-Hodgkin* em Portugal, sendo a sua prevalência de 2.12 casos por mil habitantes. Sintra tinha 367 mil habitantes e 835, em 2011. Como consequência deverão existir cerca de 801 doentes com Linfoma *não-Hodgkin*, no Concelho de Sintra, e deverão surgir 62 novos casos por ano, cerca de 5 novos casos por mês. O Glifosato aumenta em 41 por cento o risco de contrair linfoma *não-Hodgkin*. Dos 801 doentes com linfoma *não-Hodgkin* que viverão no Concelho de Sintra 233 terá a doença porque terá tido contacto com o produto. O custo médio da terapêutica de um linfoma *não-Hodgkin* custaria cerca de mil euros mensais, e só em Sintra serão gastos com esta patologia 801 mil euros por mês, 9,6 milhões de euros por ano, e destes, 2 milhões 796 mil por ano serão devidos à utilização de Glifosato. Em agosto de 2018, a farmacêutica Monsanto, entretanto comprada pela Bayer, foi condenada a pagar 39 milhões de dólares a um jardineiro que terá ficado com linfoma por manusear Glifosato; na mesma data, a empresa foi multada em 250 milhões por não ter comunicado o risco do Glifosato causar a doença; em março, pagou 71 milhões a um doente que lidou 30 anos com o produto; em maio, 1,5 milhões a outro doente; e neste momento tem 11200 casos em tribunal, pelo mesmo motivo. Sabendo que o Glifosato aumenta em 41 por cento a probabilidade de contrair linfoma *não-Hodgkin*, qualquer instituição que o utilize poderá ser alvo de queixa por doente que o tenha contraído. Cada ano que passa surge em Sintra 18 novos casos de doentes *não-Hodgkin*, pelo Glifosato. Tenho estado a excluir da equação o drama humano que acompanho no dia-a-dia, por ter uma patologia com esta gravidade, falando apenas de números, e sabendo que as alternativas ao Glifosato são caras, se descontarmos todos estes custos, então a fatura toma proporções diferentes. Infelizmente, um animal de estimação apareceu-me recentemente morto, e eu fui tentar perceber se poderia haver alguma relação entre uma coisa e outra, entre o facto de terem passado com o Glifosato na minha rua e o animal de estimação ter morrido. Fui pesquisar artigos científicos sobre a utilização de Glifosato e a morte de animais de estimação, e dos animais expostos, em particular, após a ingestão de ervas contaminadas, um sexto dos gatos e um sétimo dos cães morreram. De referir também que as abelhas e outros insetos são mortos por este produto. No caso das abelhas, não as matando por intoxicação, diminui-lhes as defesas permitindo uma maior facilidade de morte por infeção. Tenho a certeza que ninguém quer nada disto, nem morte de familiares, nem de animais de estimação, nem de insetos essenciais. Empresas de aluguer de colmeias começam a surgir, e algumas farmacêuticas poderão ganhar com este negócio para além da Bayer que, curiosamente vende o Glifosato, mas vende também o medicamento alli Copa para o tratamento linfoma *não-Hodgkin*. Aliás, há 14 países em que este produto foi proibido, um deles a Alemanha, sede da Bayer. Temos de ser superiores a tudo isto e terminar rapidamente o seu uso, hoje. Do que me foi transmitido, o Glifosato será substituído pelo ácido plargônico a curto prazo. Os herbicidas à base de ácido plargônico são denominados herbicidas biológicos e não têm, aparentemente, os malefícios em termos de saúde humana que possuem os herbicidas com Glifosato. O problema do ácido plargônico é que tem também a função de inseticida. Fiz cópia da frase da embalagem acerca dos cuidados a ter com este produto, e diz: "perigoso para as abelhas (...) para a proteção das abelhas e outros insetos polinizadores não aplicar o produto durante a floração das culturas". Estamos a assistir à maior extinção de sempre de insetos, e usar o ácido plargônico é contribuir para dizimar mais a população de insetos polinizadores que nos alimentam. Isto é sério, vários cientistas têm apontado para o facto de a humanidade poder vir a sobreviver apenas 4 anos após a extinção destes insetos. Neste momento, em alguns locais da China já se faz a polinização manual, o que aumenta o preço dos alimentos para valores incomportáveis para

.../....

quem tem salários mais baixos. A utilização do ácido plargônico leva à morte e secagem rápida da planta nas bermas das estradas onde, no início da Primavera, seríamos brindados com um espetáculo de várias cores, mas a aplicação deste herbicida leva ao espetáculo que temos visto em alternativa das bermas queimadas e sem graça. Por outro lado, os terrenos rurais são maioritariamente cultivados, ou alvo de ação humana, as bermas das estradas são locais importantes em termos de biodiversidade porque são poucos os locais onde ainda permitimos a presença destas flores silvestres, que são essenciais para a sobrevivência destas espécies. Acrescento que, quando era criança, não havia locais onde se fazia monda química, mecânica ou térmica. Os conceitos de beleza paisagística eram diferentes, e podia brincar, passear, passar sem pensar que esta brincadeira, passeio ou passagem era um risco. Talvez seja um problema meu não perceber onde está o risco de plantas silvestres em locais não cultivados, em locais onde elas deveriam e poderiam estar. Será que a população se importaria que elas lá estivessem, em particular se conhecessem os riscos dos produtos que são utilizados na sua destruição? Aceitar mais as ervas nas nossas aldeias, vilas e cidades é uma questão simples do ponto de vista técnico, uma vez que, automaticamente, permite poupar dinheiro e controlos desnecessários. Pegando apenas no aspeto prático da questão, segundo um amigo que visitou recentemente um Cantão da Suíça, ao ver que as ervas campestres eram deixadas crescer à vontade e perguntando ao seu anfitrião se era esse o costume, foi-lhe respondido que um referendo municipal tinha sido feito sobre se a população preferia a monda das ervas ou a construção de uma nova escola, tendo-se decidido pela escola. Algumas Câmaras já começaram a recorrer ao corte de ervas nos locais onde, de facto, a sua presença poderá constituir um risco, deixando as ervas das bermas das estradas, até porque, quando secam, o risco de incêndio aumenta. Trinta autarquias deixaram de usar pesticidas, em Portugal. Surgiu que tenhamos em atenção os riscos e benefícios nestas escolhas, para que as escolhas não afetem negativamente o futuro de todos. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Eu ouvi com atenção o Senhor Doutor, creio que é médico pela intervenção que fez. Eu acho que tem toda a razão no que está a dizer! Não podemos usar o Glifosato, não podemos usar outro ácido, não pode ser à mão porque à mão encarece. Assim, temos que conviver com a erva, não há outra hipótese. O que vamos ter que fazer, não tenho dúvida nenhuma sobre isso, vamos ter que conviver com isso, e as pessoas que a têm à sua porta têm de a cortar. A Câmara não pode fazer 3, 4, 5 cortes por ano. Nova lórque faz 2 cortes por ano. Está ali o Presidente da Junta a dizer, que faz um corte por ano, 2 e chega. O que não pode, o que os senhores não podem é, cada vez que têm erva à porta, vir à Câmara a pedir para a cortar, e amanhã outra vez. Não pode usar o Glifosato e, à mão é caríssimo, não pode ser. Como é que a gente resolve? Temos de admitir as coisas como elas são e conviver com elas. Vamos ter que resolver as coisas, quando não há possibilidade, temos de conviver com elas. Uma pessoa vê umas ervas no passeio, e vem logo a correr à Câmara, porque a Câmara tem que resolver, não pode ser! Agora o que diz ali, tem toda a razão, mas é no que respeita às implicações sérias com a Saúde, o mal que faz à Saúde, isso é verdade. -----

--- **O Presidente da Freguesia de Rio de Mouro, Deputado Bruno Alexandre Nobre Parreira**, referiu: “Aos 18 dias do mês de Fevereiro do ano de 1730, Leandro Coelho, Pároco na Paroquial Igreja de Nossa Senhora de Belém, de Rio de Mouro, batizei e pus os Santos óleos a João, filho legítimo de António dos Santos, e de sua mulher, Doroteia Maria, moradores no lugar, digo, na Azenha dos Almargens, junto ao Casal dos Porqueiros. Foram Padrinhos, João Ribeiro, tio do batizado, e Maria Vicente, mulher de Luís

Francisco das Covas”. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, no passado dia 25 de Abril, inaugurou a Câmara Municipal de Sintra, o Parque Urbano da Serra das Minas, no curso de água da Azenha dos Almargens, junto ao Casal dos Porqueiros. Parte integrante do parque linear da Ribeira da Laje, este troço específico veio dotar uma localidade relevantíssima da Freguesia de Rio de Mouro com um conjunto de equipamentos da maior importância. É exatamente aqui que estão os 70 por cento de abstenção das eleições europeias. Exatamente aqui. A Serra das Minas, sendo um bairro cuja expansão urbana se densificou no pós-25 de Abril, é o paradigma perfeito de uma sociedade que cresceu auto-centrada, e em alguns momentos profundamente egoísta. Fechámo-nos em casa, esquecemos o comum e o coletivo. Não é por isso sobre o novo ringue que hoje vou falar, nem sequer sobre o novo parque infantil, ou sobre o novo espaço de exercício de ar livre. Venho falar das centenas de pessoas que, no dia da inauguração, se juntaram no Auditório de ar livre a ouvir uma banda de música; venho falar das famílias que, saindo de suas casas, podem agora caminhar ou pedalar na nova via ciclável, porque a política autárquica não é só o escorrega ou a baliza nova. A política autárquica é o expoente mais rápido, direto e imediato do efeito multiplicador do investimento público; e é a defesa da identidade e dos valores comunitários. É isso que é a política autárquica, e é essa a nossa maior responsabilidade. As linhas de água uniam e fixavam. Viramo-lhes as costas. Não mais, porque é novamente a linha de água que une Mem Martins a Rio de Mouro; porque é novamente a linha de água que une Rio de Mouro à Serra das Minas. Artigo 235, nº 1, da Constituição da República Portuguesa: “A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”. Nós somos Estado, nós fazemos Estado e estamos a construir a partir de Sintra, não tenho disso dúvida nenhuma, um Estado mais forte, mais capaz e mais respeitado. Sejam claros, a abstenção não é só a desilusão com o sistema e com quem episodicamente o representa. A abstenção também é fruto de um modelo de sociedade que só trabalha o individual em sistemático detrimento do coletivo, porque a construção do que é individual esmagou, desequilibradamente, a noção coletiva do que temos de coletivamente alcançar. É esta a resposta que temos de privilegiar, a requalificação urbana ao serviço de uma ideia de desenvolvimento, a dotação do território de equipamentos coletivos dentro de uma ideia de cidade que se quer una e contínua, vivida e participada, consolidada e estruturada. Mas também mais do que isso, responsabilidade e credibilidade: responsabilidade de se respeitar na plenitude dos compromissos assumidos; a credibilidade de se alcançarem metas estabelecidas, porque só assim se constrói República, com a clara noção que propor e prometer exige cumprir. E é também esse o papel do parque linear da Ribeira da Laje porque, quem andou no terreno a propor - e aqui, uma palavra para todos os técnicos envolvidos no projeto -, tem a clara noção do que ouviu (que era só mais um projeto, que era só mais um conjunto de boas intenções, mas cujas ideias nunca saíam do papel). Pois bem, foi inaugurado no dia 25 de Abril o cumprimento daquilo que se propôs: responsabilidade e palavra. Senhor presidente da Câmara Municipal de Sintra, senhoras e senhores Vereadores, na Serra das Minas e no novo Parque Urbano, Rio de Mouro encontrou-se com a Freguesia irmã Mem Martins; Rio de Mouro encontrou duas margens da sua Freguesia, até agora, de costas voltadas; encontrou qualidade de vida; encontrou sentir comunitário; encontrou identidade e pertença; e encontrou um poder autárquico sério e de palavra. Rio de Mouro encontrou, no dia 25 de Abril, a mais bela noção de República e veio à rua celebrá-la. Não resisto, num tempo em que o algodão dos chopos nos neva as ruas, a citar António Machado: “Com as primeiras folhas dos chopos e as últimas flores das amendoeiras, a Primavera trazia a nossa República pela mão”.

--- O Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos, referiu: Eu tenho uma grande amizade pelo senhor Presidente como sabe, e já o tenho demonstrado, mas eu penso que a amizade não se cultiva

..../....

com a mentira, não se cultiva com o fazer de conta, antes, cultiva-se dizendo o que pensamos, olhos nos olhos, e só assim é que as amizades são alimentadas e sobrevivem. Aquela amizade que, só porque somos amigos, não dizemos o que pensamos, não é amizade é qualquer coisa de fugir. Eu quero-lhe dizer que, independentemente da amizade que tenho por si, não deixarei de dizer o que penso. Eu não vou pedir o registo magnético da minha intervenção porque seria “chato”, nem era executável pedir. Mas, em situação alguma, eu disse que não havia Investimento. Nunca ouviu da minha palavra, como referiu, eu dizer que não havia Investimento. Nunca o disse e nunca o direi porque há Investimento! O que eu disse foi uma coisa totalmente oposta, ou seja, dada a capacidade da Câmara Municipal Sintra, era possível fazer-se mais Investimento, melhor Investimento, e mais qualificado. E já agora que referiu essa questão, eu dir-lhe-ia o seguinte: eu estou convencido, e desculpar-me-á esta imodéstia, que se a CDU tem ganho a Câmara Municipal de Sintra, nós fazíamos um melhor trabalho, com um Investimento mais qualificado, mais adequado, e não permitiríamos este “regabofe”, chamamo-lhe assim e desculpe a linguagem, que o Governo estivesse sistematicamente a “comer” à conta no nosso Investimento. Já disse isto mais do que uma vez, e continuo a referi-lo, eu não sou nada contra o Investimento na Saúde, por parte da Câmara Municipal de Sintra, como não sou nada contra o Investimento nas Escolas, o que eu sou contra é que, enquanto não estiverem todas as estradas do concelho bem construídas, e enquanto tudo o que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Sintra não estiver executado, não faz sentido nós estarmos a investir dinheiro naquilo que não é da nossa responsabilidade. Dirá vossa Excelência, em toda a sua frontalidade, que com este discurso nunca ganharemos eleições. Pois, há aqui uma questão muito clara, senhor Presidente, é que, para nós, o resultado eleitoral não é tudo na vida, sendo mais importantes as ideias e os Princípios. Se tivermos que ter um mau resultado, paciência, mas estaremos de pé e, nunca, de joelhos. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Deputado Jacinto Domingos, eu não sei por onde hei-de começar para lhe responder. Sinceramente, não sei, mas há uma coisa que eu concordo consigo, ser amigo é falar verdade e falar olhos nos olhos, nisso estamos de acordo, inteiramente de acordo. E também me há de dar o direito de dizer o que penso. Eu não acredito que o Jacinto, entre fazer uma estrada e fazer um Hospital, não opte por fazer um Hospital. Eu não acredito que o Jacinto, entre não ter sequer uma VMER aqui, um suporte avançado de vida que tivesse obstado a que pessoas tivessem morrido nos nossos passeios com paragem cardiorrespiratórias, repito, eu não acho que, para o Jacinto, o investimento na Saúde não seja prioritário a qualquer outro Investimento. Porque é a vida das pessoas que está em causa, e conhecendo-o como conheço, eu não acredito que não ponha a vida das pessoas na primeira linha das suas prioridades. Nós não podemos estar à espera de fazer as estradas todas, de fazer não sei mais o quê que nós temos feito, aliás, e depois deixar as pessoas morrerem. Isso não é possível! Pode dizer que o Governo devia ter feito o Hospital, mas não fez, nem fazia quando nem os Centros de Saúde fez, nem iria fazer. Portanto, temos nós que fazer isso. Diz, também, que nós não fizemos o Investimento suficiente, mas se há outras prioridades para a CDU que não foram feitas, diga onde. Nós temos feito investimento em todos os setores. Olhe, por exemplo, para as Escolas EB1, que serão todas requalificadas até ao fim do mandato. Olhe as Escolas do Estado! O que é que acha em relação à Escola Ferreira Dias? Achava que devia continuar a chover lá dentro, com o ginnodesportivo fechado? E nós olhávamos para esta situação, mas não é connosco! Não pode ser. E em relação às outras Escolas, nós não podíamos conviver com Escolas do Estado, da competência do Governo, onde chove lá dentro, onde os ginnodesportivos estão fechados, onde a cozinha não é salubre. Não, não podemos conviver com isso, e tivemos que intervir. É

..../....

claro, são 8 milhões e 800 mil euros, mas onde é que se pode aplicar melhor o nosso dinheiro senão na Saúde e na Educação. Não há, definitivamente, melhor sítio para aplicar o nosso dinheiro? E também na Proteção Civil, como sabe, onde temos aplicado muito. Claro que você tem a sua ideia, e eu respeito-a. Agora, sempre lhe digo que, em Democracia, contam os votos - só nas ditaduras é que não contam os votos, sejam elas de direita ou de esquerda onde conta só a vontade de quem manda. Em democracia contam os votos e temos que os respeitar, sob pena de termos da democracia uma visão distorcida, que sei não ser a sua. -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o Projeto Educativo Local de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.** Proposta nº 306-RP/2019.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Nós temos preparada uma pequena apresentação de 5 minutos que nos será feita pelo Dr. Frederico Eça. -----

--- O **Dr. Frederico Eça**, referiu: O papel da Educação como fator de promoção do desenvolvimento das comunidades tem sido valorizado nas últimas décadas, sendo hoje, inclusivamente, assumido como um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas. A intervenção, ao nível da Educação, quer do ponto de vista dos governos centrais, quer do ponto de vista dos governos locais deve, e é hoje consensual, deve ser rigorosa e estrategicamente planeada. E é neste âmbito que o planeamento, ao nível da Educação, tem evoluído nas últimas décadas, desde finais dos anos 80 do século passado, com as tradicionais Cartas Educativas, que não eram mais do que um planeamento do ponto de vista da quantidade dos alunos que se previa que podiam existir, e da quantidade de vagas que nós tínhamos que garantir no sistema educativo para que todos os alunos tivessem acesso à escolaridade. Hoje em dia, ao nível da Educação, o planeamento é um planeamento completamente diferente, portanto, passámos da quantidade para a qualidade da resposta educativa; de estarmos preocupados em garantir uma cadeira para cada um dos alunos na sala de aula para criar, em cada sala de aula, as melhores condições para que os nossos alunos, as nossas crianças tenham acesso a uma Educação de qualidade, com base num conjunto de fatores que garantem, de facto a cidadania dos nossos munícipes. -----

--- O Projeto Educativo Local, no fundo, é um plano estratégico de intervenção para os próximos anos, ao nível da Educação, em Sintra, e enquadra-se claramente nesta nova lógica de planeamento educativo. Portanto, ele não é mais do que a assunção, por parte do Município, da sua Política Local de Educação, suportada numa reflexão técnica e científica - e aqui importa dizer que tivemos a Universidade de Coimbra como parceiro, a qual garantiu todo o rigor, quer do ponto de vista científico, quer técnico, de toda esta reflexão e de todos os estudos e de todos os diagnósticos que foram feitos ao nível da construção deste Plano Estratégico. Dizia eu, de facto, é uma reflexão capaz de identificar um conjunto de problemas, mas também um conjunto de prioridades de intervenção para os próximos anos, e que implicam então o tal planeamento estratégico intencional de ação educativa, quer ao nível formal, não formal ou informal, com monitorização, avaliação e reformulação sistemática de ação. Portanto, se hoje apresentamos aqui um plano de intenção, um Plano Estratégico de Ação, é importante dizer também que, desde o primeiro momento em que o começámos a construir, ele influenciou, e tem vindo a influenciar toda a prática do próprio Município, e também dos nossos parceiros – hoje, grande parte do nosso Plano de Atividades, de grande parte das ações e das atividades que estão aqui apresentadas ao

..../....

nível da Educação, elas resultam, naturalmente, também desta reflexão, destes cerca de 3 anos que demorou a construir este planeamento. -----

--- Foi utilizada uma antologia participada, portanto, começámos por, com os diferentes parceiros, identificar um conjunto de problemáticas, problemáticas essas que, depois, deram lugar a um conjunto de diagnósticos que suportam o plano final da ação. A metodologia foi muito variada, desde a análise documental, a questionários, workshops, grupos de trabalho, inclusivamente, de trabalho conjunto do senhor Vice-presidente com as diferentes unidades do Município e, portanto, toda esta variedade de técnicas de diagnóstico e de trabalho deram lugar, depois, a um conjunto de documentos que, no fundo, são 5 diagnósticos específicos que resultam, de facto, das necessidades identificadas, e depois, o plano final de ação. -----

--- Um dos diagnósticos tem a ver com o conhecimento aprofundado do território, quer do ponto de vista das suas características, quer da própria população, e portanto, é efetivamente um diagnóstico muito aprofundado que, ao nível da própria população, faz uma caracterização desde as condições sócio-económicas, aos diferentes géneros da nossa população, passando pela estrutura familiar, pelo rendimento das famílias, a sua própria distribuição ao nível do território, como é que todos estes fatores interagem e como é que, territorialmente, nós os identificamos, ou seja, há um conjunto de fatores que, conjugados territorialmente, nos permitem identificar áreas do território que estão em claro desenvolvimento, em clara expansão, e áreas do território que precisam de uma intervenção mais pormenorizada e mais atenta para que tenha exatamente as mesmas condições das outras. -----

--- Depois, um 2º diagnóstico que tem a ver com a própria Carta Educativa. A este nível fizemos a caracterização de toda a oferta, com base no diagnóstico inicial das necessidades futuras que possamos ter, mas também das necessidades de qualificação da própria rede. Grande parte da intervenção que tem sido feita, hoje, na qualificação dos equipamentos educativos resulta, de facto, desta identificação da Comunidade Educativa, dessa própria necessidade. Depois, também ao nível dos recursos Humanos, da ação social escolar, da rede de transportes escolares, das necessidades a nível de transporte, das alterações ao nível do sistema, da previsão de reorganização da rede em função das projeções que temos da própria população, e depois, também, um conjunto de estratégias que vamos utilizar, naturalmente, na monitorização e no acompanhamento da evolução da rede. -----

--- Depois, um outro diagnóstico, e esta foi uma das necessidades problemáticas identificadas pelos senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, tem a ver com a necessidade de desenvolver no território um conjunto de estratégias que, claramente, valorizem e incentivem o sucesso escolar. Portanto, não só a quantidade do sucesso, mas também a qualidade do sucesso e, portanto, neste diagnóstico, foi feita toda a caracterização do sucesso dos nossos alunos, sendo identificadas necessidades concretas, quer ao nível de ciclos de ensino, quer ao nível de algumas disciplinas e de algumas situações concretas, estando territorialmente aqui identificadas todas essas necessidades de intervenção. Naturalmente, estes dados foram recolhidos, foram trabalhados e refletidos com base nos resultados nacionais do Sistema Educativo. -----

--- Um outro diagnóstico, também uma outra necessidade que foi identificada pela própria comunidade, tem a ver com a necessidade de o próprio sistema encontrar respostas alternativas, ou qualificar aquelas que existem ao nível da Educação Inclusiva - na altura em que este diagnóstico foi feito ainda se denominava Educação Especial, hoje, Educação Inclusiva. De facto, este diagnóstico procurou conhecer aprofundadamente todas as crianças da nossa rede pública que necessitam de uma atenção especial ao nível do sistema educativo e, portanto, foram aqui caracterizadas cerca de 2600 crianças e jovens com necessidades educativas especiais, das respostas que existem e daquelas que são necessárias

ainda criar. -----

--- Por fim, foi feito também um diagnóstico ao nível da dinâmica empresarial e associativa, bem como das necessidades de formação. A este nível importou, e importa, identificar um conjunto de necessidades ao nível da oferta formativa, quais são as necessidades que nós temos de alteração da oferta formativa da nossa rede escolar, mas também ao nível da formação de ativos. E, portanto, foi feita uma caracterização exaustiva do tecido empresarial, mas também das próprias necessidades de formação e das próprias necessidades ao nível da empregabilidade. -----

--- Finalmente, com todos estes diagnósticos, foi definido um Plano Estratégico que tem, fundamentalmente, 5 áreas de prioridade de intervenção: 1ª, a requalificação dos espaços educativos; 2ª, as questões da inclusão, da escola inclusiva e do sucesso educativo; 3ª, a educação permanente, cidadania, cultura e participação; 4ª, a interculturalidade, migrações e coesão social; e 5ª, o trabalho, a qualificação e a inovação. Cada um destes 5 eixos tem associado um Plano de Ação inicial, que vai sendo construído e que vai sendo alterado, naturalmente, quer com um conjunto de ações que o próprio Município vai definindo, mas também com aqueles projetos e aquelas ações que a própria comunidade, apropriando-se deste Plano Estratégico, contribuirá seguramente. Este último documento, para além da visão e da definição da visão dos valores e da missão, tem a definição clara de cada uma destas áreas prioritárias, e depois, também, um conjunto de ações que são aquelas que estão já no terreno, as quais, como eu disse há pouco, serão naturalmente desenvolvidas e serão, depois, naturalmente, acrescentadas. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU**, referiu: Relativamente à proposta do Projeto Educativo de Sintra, começaria por dar a nota de que a CDU votará favoravelmente o documento que nos é proposto, sem questionar quer a pertinência quer a qualidade do projeto agora apresentado. No entanto, não podemos deixar de tecer algumas breves considerações sobre alguns problemas que subsistem, e que podem pôr em risco a concretização efetiva das intenções que nele estão vertidas. Refiro-me, por exemplo, à falta de auxiliares de ação educativa, um problema que persiste e que pode naturalmente pôr em causa o regular funcionamento das nossas Escolas. Aliás, e na sequência da resposta do senhor Presidente da Câmara à nossa intervenção, aquando da última Assembleia Municipal, quando se discutiu aqui, ou se discutiram as Contas do Município, ficámos com sérias dúvidas acerca do assumir desta responsabilidade, ou seja, da responsabilidade da contratação de mais auxiliares por parte da Câmara Municipal. O senhor Presidente também poderá dizer que a Câmara cumpre as *ratios*. Em boa verdade, até poderá cumprir as atuais *ratios*, mas o problema será, então, o da fixação das ditas *ratios*. A verdade, também, é que o número destes profissionais é manifestamente insuficiente, e deverá ser reequacionado. Relembro, também, o mau serviço prestado aos nossos munícipes aquando do encerramento de muitas das escolas primárias do nosso concelho, particularmente, nas Freguesias rurais, e relembro que, na altura, apenas a CDU votou contra esse mesmo encerramento. Termina com uma pergunta: para quando se prevê a dissolução dos mega agrupamentos escolares de Sintra? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação aos assistentes operacionais, já falámos, uma e outra vez, que é verdade que estamos a cumprir a *ratio*, mas não estamos satisfeitos, tão pouco que até estamos a pensar em fazer uma bolsa, que a Câmara terá que suportar, mais uma vez – e espero que, aí, o senhor não contrarie –, para que as faltas possam ser supridas em tempo útil. O grande problema é que as *ratios* não são cumpridas porque há pessoas que,

..../....

de um momento para o outro, se ausentam com baixa médica, devendo estar essa bolsa permanentemente em aberto, alimentada pelo concurso que é permanentemente aberto, e eu acho que é a resposta que vamos ter de dar. Por média, cada auxiliar tem 23 faltas por ano, e isto está a ser estudado por forma a que a bolsa possa responder a este tipo de circunstâncias. -----

--- Sobre o nosso Plano Educativo, trata-se de um Plano que demorou 3 anos a fazer. E é um Plano que tem uma cara, um rosto e um trabalho, chamado Rui Pereira - grande trabalho do Rui Pereira e da sua equipa. E é um plano que dignifica a nossa Câmara, e que nos coloca no primeiro patamar das Autarquias Locais que têm, na Educação, uma prioridade absoluta. Porquê? Primeiro, a necessidade de pegar na Escola e trazê-la para dentro da sociedade. Depois, a necessidade de a escola ser o elemento estruturante da própria cidadania. Tivemos, ainda, a capacidade de falar com várias entidades, nomeadamente, com a Universidade de Coimbra, com a Fundação Gulbenkian, e com a própria OCDE, em relação a tudo o que tem a ver com a análise das capacidades emocionais. Tudo isto coloca a nossa Câmara na 1ª linha da descentralização “avant la lettre”, isto é, ainda antes de ela ser feita, nós já estamos a fazê-la no plano local, com a capacidade de gerir as nossas Escolas em conjunto com o pessoal docente, com as famílias e com os trabalhadores, por forma a que haja um Modelo Educativo, em Sintra, que seja apropriado ao concelho e às realidades a que tem que dar resposta. -----

--- É isso que se faz com a formação profissional que se viu na Melka, aquando da realização da Feira da Formação Profissional, que foi uma coisa espantosa. Só de ir àquela feira e ver centenas e centenas de jovens, com vários stands de formação profissional representativos das mais diversas profissões, é um sinal em como estamos no bom caminho, porque é por ali. E não devem considerar o ensino profissional como um ensino de segunda, porque não é! E cada vez mais, é um ensino de empregabilidade e de desenvolvimento económico. Isto é o nosso Plano Local. -----

--- E depois, a cidadania, que é um aspeto essencial que se tem que ter na Escola, no começo da escola. E o Plano Local não se desprende das obras na Escola, de tudo aquilo que nós temos feito em termos de alimentação, em termos de abertura dos refeitórios, em termos sociais de solidariedade através da Educação, que tem sido uma verba extremamente relevante. Portanto, este Plano Local de Educação tem que ser visto no conjunto de medidas que têm sido tomadas em Sintra, o que nos permite dizer em termos de descentralização que estamos aptos a estudar e, eventualmente, a receber as competências que nos queiram enviar, ou que a Lei nos envia. Ao contrário da Saúde, por exemplo, onde falta 1 milhão de euros, ao contrário de outras matérias, onde estamos mais atrasados, nós, na Educação, podemos estar. Agora, dito isto, é verdade que há ainda um grande trabalho a fazer, porque nós, nos objetivos do Milénio, os dois sítios onde nós estamos realmente abaixo da nossa média, quer na nacional, quer mesmo da AML, é na Educação de qualidade e na Saúde de qualidade. Porquê? Porque o Concelho é grande, tem uma extensão enorme e começou tarde a fazer este investimento. Mas está a recuperar sistematicamente, não deixando de haver um caminho de recuperação a realizar. Este Plano é uma parte muito importante da recuperação e, portanto, estou convencido que na próxima análises que a Universidade Católica vai fazer aos nossos objetivos, a cada um dos 17 objetivos do Milénio, eu estou perfeitamente convencido que vamos melhorar significativamente a nossa percentagem. A nível de todos os objetivos, estamos com 74%. Mas há 2 objetivos onde estamos muito acima, quer no das Infraestruturas e Inovação, quer no da Ação Climática – aqui estamos muito acima da média dos objetivos do Milénio – encontrando-nos na média em relação aos restantes objetivos. Agora, a Educação de Qualidade, Saúde de Qualidade e na Economia Circular, é verdade, estamos muito atrasados, e nós, aí, temos que fazer um esforço acrescido para conseguir as médias a que temos direito. Por isso, é este o grande objetivo, pelo que, e fundamentalmente, o trabalho que foi feito pelo Rui e pela sua equipa nos

..../....

deve dignificar muito a todos. -----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz do PS**, referiu: Enquanto membro da bancada do Partido Socialista, não poderia deixar de vir aqui louvar este documento, que eu considero um documento ímpar, e não vale a pena estar aqui a voltar a frisar tudo aquilo que o Senhor Presidente da Câmara já referiu, mas, de facto, é um documento de que todos nós, e o município de Sintra se deve orgulhar. Considerando que é um documento que define as linhas de orientação para o futuro, e considerando também que, no pensamento dos Socialistas, o pilar Educação é um pilar fundamental, ele deve ser de toda a sociedade, mas o pilar da Educação/instrução pública é um pilar fundamental. Considero que trazer para aqui, neste exato momento, algo que se refere aos funcionários, que é importante, é um profundo equívoco. Portanto, mais uma vez em nome da bancada do Partido Socialista, senhor Presidente, senhor Vereador, e aos técnicos que fizeram este documento, os nossos parabéns. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Peço desculpa por usar novamente a palavra, mas quis fazê-lo especialmente por dois motivos: primeiro, para uma palavra de saudação à Comissão Especializada desta Assembleia, pelo trabalho que desenvolveu a este respeito, aliás, como nos tem vindo a habituar pela forma como esta Assembleia Municipal tem vindo a funcionar até agora, é também um motivo que facilita a eficácia do nosso trabalho e nunca é demais referi-lo com uma palavra de gratidão para com todos aqueles que o têm feito, da maneira como o tem feito; e em segundo lugar, é para o Dr. Frederico Eça e para a sua equipa, pelo grande trabalho que vocês também têm feito, ao qual tenho assistido e tenho acompanhado, em conjunto com o senhor Vereador Rui Pereira - impõe-se uma palavra muito específica para si e para a sua equipa, por este trabalho, e para o muito trabalho que vamos ter que fazer, e que você muito bem sabe qual é. Portanto, não queria deixar de lhe dizer isto. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Muito obrigado, senhor Presidente, e se me permite, associava-me ao seu cumprimento, em especial ao senhor Deputado Miguel Portelinha e, através dele, à Comissão de Educação da nossa Assembleia. ----

---- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o aditamento ao Contrato de Urbanização n.º 235/2002, de 20 de setembro, celebrado entre o Município de Sintra, a Universidade Católica e Outros, relativo ao Alvará de Loteamento n.º 11/2003, de 13 de outubro, nos termos**

da respetiva proposta. Proposta nº 422-P/2019.-----

--- A **Deputada, Inês Alexandra Baeta de Abreu Vivaldo, do CDS-PP**, referiu: Ao longo do tempo, temo-nos vindo a aperceber da importância que é estabelecer o setor formativo universitário em Sintra, e por vários motivos: desenvolvimento económico e social; uma mais-valia à fixação da população jovem em Sintra; e à criação de emprego jovem. No entanto, senhor Presidente, venho aqui alertá-lo para a possível especulação imobiliária que daí poderá advir, bem como, a rede de transportes que deve acautelar as necessidades que este polo acarreta. O CDS, obviamente, votará a favor. No entanto, alerta a preocupação do Concelho na implementação deste projeto. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: No momento em que a nossa Assembleia votar esta proposta, em toda a liberdade que tem, obviamente, será sempre um momento que eu diria histórico, e eu não costumo empregar a palavra com frequência. Esta zona do nosso Concelho, há mais de 20 anos, estava completamente abandonada, por uma série de vicissitudes, e chegar aqui, a esta proposta, foi um longo caminho. Esta proposta significa, primeiro, as obras do loteamento, que não era possível fazê-las, e foi necessário muita imaginação dos Serviços, do meu Gabinete, tenho que o referir, também do Dr. Paulo Gomes, que teve um trabalho notável neste domínio, no sentido de tentar ultrapassar o que eram as obrigações de um plano que tinham mais de 20 anos, e no sentido de não permitir que ele ficasse, para sempre, sem qualquer tipo de execução. Obviamente, quando se fez obrigações, eram obrigações a obras que já não existem, a objetivos que já não existem, e portanto, teve que ser mudado as obrigações para outro tipo de prestações. Portanto, foi um trabalho difícil de diálogo com a Católica, e de diálogo com os investidores privados. Isto significa que, para além das obras que vão ser feitas, nós vamos ter finalmente o ensino universitário em Sintra. Isto significa a Faculdade de Medicina, e ao lado da Faculdade de Medicina, significa um dos colégios maiores do mundo, que é o Saint George, inglês, que se instalará inicialmente com cerca de 2 mil alunos, mas com projeto até 5 mil alunos, naquele que será um grande Campus Universitário. Portanto é naquela zona que nós vamos ter um grande Campus Universitário, um grande local de ensino com um grande Colégio Internacional. E vamos ter uma importante zona de habitação, muito importante também para o Tagus Park, que não tem habitação e, portanto, a habitação que vai surgir ali vai servir, quer o Campus universitário, quer o Tagus Park. O investimento vai ser muito elevado e vai haver ali naquela zona uma verdadeira revolução, no melhor sentido do termo, uma zona que estava completamente abandonada, vandalizada, e agora vai ser uma zona de grande progresso, no nosso Concelho. Os transportes estão previstos e, obviamente, que se dará todas as condições de infraestruturas, para que aquele pólo de ensino continue e, portanto, possa ter todas as suas valências. Poupo-vos à descrição do que foi esse percurso, agora o que vos posso dizer é que, por várias das vezes nesde percurso, estivemos à beira da rutura - várias vezes e ruturas que não eram fáceis de fazer, mas que teriam que ser feitas se nós não conseguíssemos chegar a este ponto a que chegámos. É, pois, uma decisão, muito importante para o Concelho, uma decisão histórica, que ao fim de mais de 20 anos de tantas vicissitudes vê chegada a hora de um acordo. Se a Assembleia entender aprovar, nós, no dia 31, vamos assinar os protocolos, e será o início das obras que irão ser feitas. Por isso, era isto o que eu queria dizer-vos! É realmente um momento muito importante. A seguir, já temos outros momentos importantes, com o ISCTE e outros ensinos universitários, mas este é uma marca muito importante no Concelho de Sintra, e é uma lacuna que nós tínhamos e que será, desta maneira, completada. Muito rapidamente era isto que vos queria dizer, tornando curta, curtíssima, uma longuíssima história. -----

..../....

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higinio Domingos**, referiu: Antes de fazer esta intervenção, deixar aqui o registo de interesses, se assim quisermos. Eu não sou anti-católico, aliás, toda a minha família, mas toda, à exceção de mim, são católicos, e eu nem sequer questiono a existência de Deus. Portanto, visto isto, deixando este registo, deixe-me dizer-lhe o seguinte: a Universidade Católica é uma instituição privada, mas que à luz de um diploma aprovado nos anos 90, pelo então Primeiro-ministro Cavaco Silva, se equiparou a uma instituição pública, o que faz com que a mesma não pague impostos, apesar de apresentar receitas de mais de 60 milhões de euros. Este processo que se arrasta desde os finais dos anos 90 do século passado, revela que Universidade Católica nunca cumpriu os diversos acordos que estabeleceu com o Câmara de Sintra e, por isso, esta devia, tal como se fez na Tapada das Mercês, declarar caducidade do alvará. Claramente, estamos perante a utilização de dois pesos e de duas medidas. As alterações ao protocolo fazem com que, mais uma vez, se adie um compromisso que tem mais e 19 anos: a construção da Circular Nascente ao Cacém. Lembramos que o estudo de impacto ambiental foi apresentado em 2002, muito antes da assinatura do contrato entre a Câmara e a Universidade Católica. Importa, ainda, lembrar as promessas que foram realizadas de que a área iria receber uma Universidade Internacional, e o senhor Presidente da Câmara referiu antes das eleições autarcas que esteve em Madrid, e que estava em negociações para a instalação de uma universidade, que não a Universidade Católica, naquele espaço. Como ficaram essas negociações? Foi mais uma promessa, ou do que é que estávamos a falar? Sabemos o seguinte: “o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”, e é o que se passa com este processo. Por isso, somos a votar contra. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Deputado Jacinto Domingos, o Senhor vai-me deixar dizer o que penso sobre a sua intervenção. Eu acho uma coisa absolutamente espantosa porque é desconhecer completamente o que foi este processo. As garantias bancárias deste processo, que eram solidárias, não iam além dos 2 milhões e meio de euros, sendo o investimento que é necessário fazer aqui de mais de 30 milhões de euros. Queria que acabasse com o alvará? E que nós fizéssemos as obras num investimento de mais de 30 milhões? Para quê? Para que Universidade? Para que Escola? Realmente, as condições de garantia eram mínimas, eram 2 milhões e tal, e tínhamos que executar todas, era solidário, tínhamos que executar a Católica, os privados e tudo, e depois queríamos saber o quê? Para fazer o quê? E nós íamos fazer as obras, mas a propriedade continuava deles, porque não havia reversão. Portanto, eu acho uma coisa espantosa como é que se pode dizer que devíamos executar as garantias e fazer as obras. Ou é um desconhecimento total, ou realmente não sei que resposta é que se pode dar a uma coisa destas. Depois, outra coisa, é verdade que, a Católica esteve para ir para Cascais. Estava em Cascais com a Faculdade de Medicina, e vem de Cascais para aqui por vários motivos, não vale a pena aqui dizer quais, mas um dia pergunte à reitora porquê. Mas um deles, isso foi dito, foi porque em Sintra a Católica sabe com o que conta e com o que não conta, e com muita clareza. O debate com a Católica foi fortíssimo, violentíssimo, e estivemos muitas vezes à beira da rutura. Porquê? Porque a Católica queria fazer a Faculdade de Medicina em Cascais, e não queria cumprir o que estava aqui estipulado, nas obras que estavam aqui. Houve a possibilidade de a Universidade Internacional vir para aqui. Era uma ideia que foi dada pelo Ministro dos Santos, que apresentou essa proposta e ia negociar essa proposta - queria comprar à Católica a porção da Católica e, depois, negociar com a Universidade Internacional, é verdade! E eu disse aqui, eu cheguei a ir a Espanha ver a Universidade. Só que aconteceu que o Ministro dos Santos se esqueceu de dizer, que não tinha dinheiro para comprar, e estava baseado no Montepio, que não só não lhe deu dinheiro,

..../....

como lhe ficou com tudo. Portanto, é óbvio que caiu aí a possibilidade da Internacional, e quando nós vimos que a Faculdade de Medicina da Católica podia vir para aqui, foi com ambas as mãos que nós aproveitámos e fizemos tudo para que viesse para cá. É de uma importância enorme, com a ligação ao Hospital da Luz, em Oeiras, com uma “navette”. É que o Hospital é um Hospital Universitário. E mais, a Universidade que vem para aqui, é a Universidade Europeia mais conceituada, em termos de médicos, Sintra vai ter uma universidade que é a Europeia, portanto, é de uma importância enorme para Sintra. Tivemos é que chegar a este ponto. Qual era a alternativa que se propõe? Vota contra, com certeza, mas porquê? Qual é a alternativa? Porque nós, a certa altura, começamos a duvidar o que é que nós podíamos fazer mais. Como? Aquilo estava abandonado há 30 anos. Portanto, é uma coisa espantosa. No momento em que nós chegamos aqui, no momento crucial em que se consegue uma vitória enorme, o que é que nós podemos fazer? É por ser a Católica? É por ser privada? A 1ª Universidade privada médica do país é a Católica, realmente é. E está em Sintra. Executar as garantias não dava, era muito mau executar as garantias porque tinha que fazer as obras a seguir, e eu queria ver com que dinheiro as fazia? A Circular Poente do Cacém, neste momento, não está em cima da mesa, nem nunca esteve ligada, e foi uma coisa datada. Sabe o que é? Ainda bem que fala nisso, é porque a Universidade Católica já tinha licença de utilização, já tinha tudo, e nunca pagaram um único tostão de licença. Vão pagar agora 800 mil euros, porque se não nada disto tinham. E concordaram em pagar 800 mil euros. Pediram para pagar em 90 dias, ao que eu disse que não, que podiam pagar em 60. A IQMA teve uma declaração das Estradas de Portugal de então, a dizer que não se fazia, porque, caso contrário, a IQMA não podia fazer o investimento enorme que está a fazer. E não podia porque estava numa zona de proteção de uma Circular que nunca seria feita. Portanto, é isto que está em cima da mesa. Foi um resultado muito importante, e não foi fácil de alcançar. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Realmente, há Autarquias que objetam à prospeção de petróleo, outrasque objetam à exploração de lítio, outras ao tratamento de lixo, mas uma autarquia que objeta uma Faculdade de Medicina, é uma novidade absoluta na história municipal do Universo. -----

--- **O Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente da Assembleia, acho que aqui a questão não é objetarmos uma Faculdade de Medicina. A questão, aqui, é objetarmos, é questionarmos aquilo que nos parece um negócio muito mal contado. Mas antes de ir por aí, deixe-me só fazer o paralelo. No ponto anterior falámos da Carta Educativa, de um projeto para o Concelho de Sintra que aposta, e foi aqui dito, e bem, na capacidade pública de Ensino e Educação no Concelho de Sintra. Essa parece-nos uma boa linha de orientação, mas aqui estamos a discutir um negócio privado, estamos a discutir, apesar dos 800 mil que o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir, estamos a discutir recursos camarários a uma entidade privada que, além da faturação que já aqui foi apontada, também é uma entidade que tem largos benefícios fiscais, a par de um tratamento muito especial por parte do Estado Português. Transparente! Bom, há quem diga que sim, há quem diga que não, é questionável, e portanto, estamos a falar aqui de um favorecimento de um negócio privado que, a nós, nos parece muito questionável. Depois, estamos a falar de uma história que não é nova, e já foi aqui dito que andamos há quase 30 anos a ouvir esta conversa das faculdades da Católica - de Medicina e de Engenharia, entre outras. Na verdade, temos quase 30 anos de promessas por cumprir; temos quase 30 anos de investimento da Câmara, e de recursos desperdiçados; temos quase todas as oportunidades que foram dadas a esta entidade para se estabelecer no Concelho, mas que foram desperdiçadas por

..../....

esta entidade. E ainda vamos beneficiá-la novamente? Ainda vamos dizer “sim senhor, venha para cá!” Eu desconfiaria. E depois, há aqui uma terceira questão que nos faz algum incómodo, porque não estamos a falar só de Ensino, nós estamos a falar também, exatamente, de um projeto de urbanização; nós estamos a falar de sobrecargas de vias transporte; e ainda por cima, sem reforço de redes de transporte. Ou seja, estamos a fazer um processo de densificação, de especulação urbana como aqui foi dito, e muito bem, o que é, na minha ótica, na nossa ótica, contrário à ideia que tem sido veiculada pelo executivo sobre a filosofia do PDM, que é a de aliviar a pressão, a densificação e este tipo de intervenções. Portanto, nós não podemos acompanhar a alegria, a boa disposição e o otimismo com que esta proposta vai ser aprovada, e não estaremos com ela. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A única coisa que é inaceitável é falar em favorecimento. Não disse em que é que foi favorecida a Universidade, ou os privados. Não há favorecimento, o único favorecimento que há é o da Câmara e o do Concelho, não é dos privados. Há mais de 20 anos que o loteamento está aprovado, há mais de 20 anos, exatamente com aquela área. Portanto, onde é que está o favorecimento? Favorecimento era o que existia aqui, em que estavam lá sem pagarem um tostão. Favorecimento era o abandono daquilo verificado durante mais de 20 anos. Sabe porque é que nós estamos atrasados nos objetivos do Milénio em relação aos outros Concelhos? Na maneira em relação aos outros Concelhos? Porque não tivemos, nunca, privados aqui, porque não teve hospital privado, nunca, não teve escolas privadas, não teve colégios privados. E os outros Concelhos a desenvolverem-se, e nós parados, parados no tempo. Era isso que queria continuar a ter. Aí, dividimo-nos completamente. Preferia estar como está, abandonado como está. Acha que a Universidade Católica, que tem um regime fiscal que não temos nada a ver com ele, nada, não devia ser? Quer dizer, a Faculdade de Medicina não devia estar, ou então era o Estado quem devia estar aqui mais uma vez, como no caso do hospital, em que era o Estado que devia fazer. Mas era claro que era, mas não fez, mas não fez durante anos, não fez e continuava a não fazer e as pessoas sem consultas, sem urgências, e tudo isto por responsabilidade vossa. E agora queriam continuar a que a Câmara e o Concelho não tivessem faculdade, não tivessem Ensino Superior, e isso, por um fundamento absolutamente incrível, dizer que está a haver favorecimento? Qual é o favorecimento que houve? Explique qual é o favorecimento que houve? Qual foi? Onde é que está? Pagando os impostos todos, pagando tudo, onde é que está o favorecimento? Portanto, eu sei que pode haver “n” argumentos para excluir as coisas. Agora, que sejam argumentos intelectualmente sérios para que a gente possa rebatê-los. É uma coisa absolutamente espantosa. Portanto, numa altura em que, pela 1ª vez, se resolve o que desde há 30 anos nunca se resolveu, e no momento em que vai resolver é que diz não sei bem o quê! Uma argumentação que, salvo melhor opinião e com o devido respeito, é sem pés nem cabeça. A proposta está aqui em cima e é um grande orgulho apresentá-la tal como está. Agora, o que é importante é que fique bem claro nos municípios, esta responsabilização de atitudes. É bom que se saiba isto, que fique claro nos municípios isso. Cada um que assuma as suas responsabilidades. Para nós percebemos bem as coisas como elas são. -----

--- A **Líder do CDS-PP, Deputada Eunice da Conceição Baeta**, referiu: Relativamente a este assunto, isto é uma discussão puramente ideológica. Tanto o Bloco como o PCP têm uma aversão de berço sobre o investimento privado. A história tem 30 anos, mas poderia ter 1. É importante para o nosso Concelho, sim, e é um projeto que nos vai trazer mais valias. E mais, ser a primeira Universidade privada na área da Saúde, que tanta falta nos faz no nosso Concelho, deveria ser um motivo de orgulho. Esta é uma

conversa de surdos. Os senhores não gostam do investimento privado e, portanto, não se podem construir hospitais privados, não se pode construir as escolas privada. Oiça, a propriedade privada é uma coisa que deve ser respeitada, e cada um faz aquilo que entende com aquilo que compra. Não é subsidiada, ela não está a ser subsidiada. E o Senhor Deputado já teve direito à sua intervenção, portanto, com respeito, deve ouvir a dos outros. Mas isso também não é uma prática normal, nem no Bloco, nem no PCP. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal de Sintra, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Senhores Deputados, têm que ouvir as intervenções. Senhor Presidente, Senhores Vereadores Senhores Deputados. Os momentos mais quentes da nossa reunião, são sempre os mais inesperados, e neste caso é a criação de uma Universidade. Mais polémico que as matilhas de Queluz de Cima. -----

--- O **Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, Deputado Bruno Alexandre Nobre Parreira**, referiu: É mau-olhado de Sintra, senhor Presidente da Câmara! Não se podem fazer grandes superfícies em Sintra, mas podem-se fazer em Cascais, nas fraldas de Sintra; Não se podem fazer grandes superfícies comerciais em Sintra, mas podem-se fazer em Oeiras, ao lado da fronteira de Sintra. Eu não estava cá, mas gostava de ter assistido, se algum dia alguém quisesse investir e fazer um Taguspark, em Sintra, ia acontecer eventualmente este drama, porque o problema maior é não se estar aqui a dizer que o que se está a tentar fazer é corrigir um problema que já existe. Ninguém está a dar construção nova, ninguém está a viabilizar nada de novo, em local nenhum, o que se está a tentar fazer é corrigir mais uma assimetria e, portanto, a mais-valia é da população, porque, senhor Presidente da Câmara, vem agora aqui a Católica, como terá de vir o Casal dos Porqueiros, e como já veio Vale Mourão, e o senhor Presidente da Câmara não aceita, seguramente, lições de ninguém na execução de garantias de urbanizações abandonadas, nem aceita de certeza lições de ninguém àcerca de caducidade de alvarás porque tem dado provas mais do que suficientes, que os faz. E só estou a falar da Freguesia de Rio de Mouro. Fitaes, Vale Mourão, Casal dos Porqueiros e, agora, Universidade Católica. Senhor Presidente muito obrigado! Mais do que a universidade é, também, o rearranjo urbano de uma zona que estava esquecida, muito obrigado!-----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Eu pedi para usar da palavra para concordar com o senhor Presidente, reparem bem ao que eu cheguei! Vir aqui fazer uma intervenção para concordar com o senhor Presidente, reparem bem! É que, efetivamente, eu concordo com a última frase do senhor Presidente: que cada um assuma a sua responsabilidade. E o senhor Presidente quer assumir a responsabilidade de, com os meus impostos e os de outras pessoas, ajudar os privados. Eu entendo que os meus impostos não devem ajudar os privados. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Todos os argumentos merecem respeito, mas há um tipo de argumentos que não merece respeito e que eu, com toda a franqueza, não aceito: 1º - dizer que há favorecimento neste projeto, é uma indignidade de quem o diz, e sem o provar; 2º - dizer aqui que há subsídios a privados é uma mentira que suja uma ação política. Eu não admito, enquanto estiver aqui, esse tipo de ofensas. Não há favorecimento nenhum. Favorecimento era quando lá estavam sem pagarem nada, favorecimento era aprovar, na Quinta da Marquesa, 800 mil metros de construção, que eu tive de anular o alvará. Acham que a Universidade Católica é má, e que a Faculdade de Medicina não deve vir para Sintra, estão no seu direito, mas virem

..../....

aqui dizer que, neste caso, houve favorecimento ou subsídios a privados, é grave! Isso não.-----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pacheco Pais Pacheco Valente**, referiu: Eu não era para falar porque, de facto, é um bocado ridícula esta discussão a propósito de uma Universidade que tanto pode ser Europeia como pode ser a Católica, mas que vai trazer uma Faculdade de Medicina, vai trazer um polo de formação de topo. Eu, pessoalmente, tenho aqui de fazer também aqui o meu registo de interesses, como fez o senhor Deputado Jacinto Domingos, a Universidade Católica é a minha *Alma Mater* e, por isso, eu tenho uma relação com a Universidade Católica diferente da do senhor Deputado Jacinto Domingos, que até não é católico. Mas isso não interessa. O que interessa é que ele vem aqui dizer que o então Primeiro-ministro Cavaco Silva tinha atribuído um estatuto à Universidade Católica para ela não pagar impostos - chama-se Estatuto de Utilidade Pública - e milhares de entidades têm estatuto de utilidade pública, pedindo isenção de IRC ao abrigo do artigo 10º. Depois, a Universidade Católica também tem isenção ao abrigo da Concordata. Se a isenção que é dada à Universidade Católica é ilegítima, cabe às Finanças, ao Estado Central averiguar se assim é, ou não. Quando está em causa trazer para Sintra um polo da Universidade de Medicina, muito sinceramente, nem entendo qual é a questão.-----

--- **O Presidente da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão**, referiu: Eu só pergunto uma coisa: façam o favor de me dizer se o senhor Presidente favoreceu, ou não, os privados. E os senhores deputados do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda que me digam onde é que está o favorecimento? E acabamos com isto, de uma vez por todas, que é uma vergonha! -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: **36** (PS; PSD; CDS-PP)-----

--- Votos contra: **05** (CDU; BE) -----

--- Abstenções: **01** (PAN)-----

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria**.-----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de terceiras alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil**. Proposta nº 421-P/2019.-----

--- **A Deputada Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo, do PS** referiu: A Comissão Especializada de Obras Municipais, de Gestão de Espaço Público, Segurança e Proteção Civil, reuniu para apreciar o projeto das terceiras alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Estivemos reunidos na presença do Senhor Vereador, Domingos Quintas, e do Doutor Carlos Bordado, que, amplamente nos explicaram as alterações que foram introduzidas ao Regulamento do Conselho

Municipal de Segurança, que decorrem de 2 alterações legislativas que impõe o alargamento das competências municipais, no âmbito do policiamento de proximidade, e também de uma importante alteração legislativa no que respeita ao diploma que cria os Conselhos Municipais de Segurança. E foi neste último, como não podia deixar de ser uma vez que se trata de um imperativo legal, que a Comissão deu parecer favorável, mas foi relativamente às alterações ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Segurança que surgiu a necessidade, por unanimidade desta Comissão, de suscitar uma recomendação ao Conselho Municipal de Segurança, no sentido de estabelecer os procedimentos necessários à participação do público, designadamente ao modo de inscrição, densidade, e meios públicos das solicitação das reuniões do Conselho alargado. É uma introdução legislativa que permite um espaço de participação do público e que convém explicitar os termos dessa mesma participação. Por outro lado, entendeu que para já não se impunha uma alteração, porque isso pressupunha um regresso ao Conselho Municipal de Segurança, e depois, um regresso a reunião de câmara para propor esta alteração, foi entendimento da Comissão que basta, nos termos da convocatória, estabelecer os termos dessa participação e, numa futura alteração ao Regulamento, densificar-se esta participação. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta em apreço.-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 7 e 8 da Ordem de Trabalhos.-----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues, do CDS-PP**, referiu: Venho aqui falar quanto ao ponto 8, portanto, ao Regulamento de Publicidade. Sabemos que o Centro Histórico de Sintra é um espaço de afirmação da História e Cultura de preservação, identidade e memória coletiva sintrense, e que, desde 2011, aumentou exponencialmente o número de turistas, sendo necessário adotar comportamentos mais ajustados ao ambiente urbano para preservar a sua autenticidade e fidedignidade. O Centro Histórico apresenta um conjunto próprio de problemas, como o despovoamento, o envelhecimento, a deterioração dos edifícios, a precaridade do parque habitacional, acessibilidades, ou estacionamento, lojas de artesanato com ocupação de via pública, passeios diminutos, sinalética desordenada entre outros que urge ordenar, sendo necessária regulamentação adequada e específica por parte do Município, pois infelizmente, o Centro Histórico de Sintra não consta, na lista divulgada em 2017, entre os 15 Centros Históricos mais bem conservados de Portugal. Assim, o CDS concorda em pleno com as alterações propostas ao Regulamento de Publicidade, outras utilizações do espaço público e mobiliário urbano do centro histórico de Sintra. Sabemos, no entanto, que o Regulamento ora proposto, a sua aplicação também é extensível a outros centros e núcleos históricos do concelho de Sintra, com exceções do previsto no número 2, do artigo 44, que são o artigo 40 e 41, e as alíneas b, c, g, h, i, do número 1 do

artigo 42 - peço desculpa, mas tenho que especificar, porque isto é a exceção que é aplicada, ou seja que não é aplicada aos restantes Centros Históricos. Sabemos que existem 12 centros e núcleos históricos identificados no PDM. Assim, em nosso entender para uma melhor aprimoração de exigência quanto aos critérios aplicáveis aos outros centros e núcleos históricos, deveria ser feito um regulamento próprio e individual para cada um deles, pois a realidade do núcleo histórico de Agualva não é a mesma da de Rio de Mouro Velho, de Colares, ou muito menos das Azenhas do Mar. Assim, propõe-se ao executivo, para uma melhor afirmação da História e Cultura de preservação, identidade e memória coletiva de cada centro e núcleo histórico, que seja elaborado um regulamento próprio aplicável a cada um deles com vista a uma célere recuperação, manutenção e valorização da singularidade cultural que lhe está intrínseca, contribuindo para um desenvolvimento territorial atento às dinâmicas passadas, às tendências que hoje se configuram no território, e que determina o futuro de uma sociedade responsável, comprometido com o progresso de todos os que vivem, trabalham e visitam o Concelho de Sintra.-----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.-----

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de revisão do Regulamento de Utilização de Viaturas e Máquinas Municipais, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património.** Proposta nº 358-P/2019. ----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade** . -----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar o projeto de primeiras alterações do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Sintra (Capítulo VII – Centros e Núcleos Históricos), nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património.** Proposta nº 359-P/2019. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada por unanimidade** . -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 9, 10 e 11 da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.--

--- Ponto **9** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Colares para obras de melhoramento do Cemitério de São Gregório, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 301-P/2019 -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade** . -----

--- Ponto **10** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Rio de Mouro no âmbito da organização do Rio de Mouro Cross Run – 5º Prémio Carlos Correia, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 307-RP/2019-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade** . -----

--- Ponto **11** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos no âmbito da realização e organização da 12ª Milha Urbana de São Marcos, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 365-RP/2019-----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade** . -----

--- Foram submetidos a apreciação os Pontos 12, 13 e 14 da Ordem de Trabalhos.-----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia submeteu a votação as propostas em apreço.--

--- Ponto **12** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 136,00 m2, sita em Queluz, com**

.../....

as seguintes confrontações: do norte, nascente e poente com Cabeça de Casal da Herança de António Eduardo Cardoso Capucho Paulo, e do sul com domínio público, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 327-PM/2019-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por unanimidade . -----

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 2,30 m2, sita em Odrinhas, a integrar no artigo 3637 da antiga freguesia da Terrugem, com o registo da Conservatória do Registo Predial nº 5500 da mesma freguesia, atualmente União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 328-PM/2019-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por unanimidade . -----

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a constituição gratuita do direito de superfície sobre um Campo Polidesportivo composto por campo de jogos e edifício de apoio, com a área total de 9.900,00 m2, sito na Rua Francisco Salgado Zenha na Tapada das Mercês, Freguesia de Algueirão-Mem Martins, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 12229 – Algueirão-Mem Martins e descrito na Conservatório do Registo Predial sob o número 1572 daquela freguesia, a favor da União Recreativa das Mercês, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 379-PM/2019-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por unanimidade . -----

-- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 2**).--

.../...

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23h15m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

28.05.2019

Expediente e Informações

1. Área Metropolitana de Lisboa – Deliberações da reunião ordinária do CML – 02 de maio de 2019.
2. Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Sintra:
 - Saudação da Bancada da CDU – “45º aniversário do 25 de abril”.
3. Câmara Municipal de Sintra – Despacho nº 28 –P/2019 – Inventário dos bens móveis.
4. Assembleia da União de Freguesias de Queluz e Belas:
 - Proposta de Recomendação do BE – Por uma União de Freguesias sem glifosato nos espaços públicos.
5. Câmara Municipal de Sintra - Ata nº 08/2019 – reunião ordinária realizada em 09.04.2018.
 - Ata nº 09/2019 – reunião ordinária realizada em 23.04.2018.
6. Câmara Municipal de Sintra:
 - Entrada em vigor no dia 20 de maio de 2019, das Primeiras Alterações ao Regulamento da linha do Elétrico de Sintra.
 - Entrada em vigor no dia 20 de maio de 2019, do Regulamento de Gestão dos Espaços Verdes do Município de Sintra.
7. Assembleia da União de Freguesias de Aqualva e Mira - Sintra:
 - Saudação: 45º Aniversário do 1º de maio em liberdade.
8. Assembleia Municipal de Setúbal – Grupo Político Municipal do Partido Socialista:
 - Saudação: pela adoção e entrada em vigor do Plano Nacional de Redução Tarifária dos Transportes Públicos e do Novo Passe Único Metropolitano.

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia vinte e oito do mês de maio de dois mil e dezanove, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

--- **Ata n.º 12/18 referente à 7ª sessão extraordinária realizada em 14 de dezembro;**-----

--- **Aprovada por unanimidade** -----

--- **Ata n.º 01/19 referente à 1ª sessão extraordinária realizada em 15 de janeiro;**-----

--- **Aprovada por unanimidade** -----

--- **Ata n.º 02/19 referente à 2ª sessão extraordinária realizada em 11 de fevereiro.**-----

--- **Aprovada por unanimidade** -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: *(Proposta nº 306-RP/2019)* - **“Apreciar e votar o Projeto Educativo Local de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Educação, Cultura, Desporto e Juventude”.** -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 422-P/2019) - "Apreciar e votar o aditamento ao Contrato de Urbanização n.º 235/2002, de 20 de setembro, celebrado entre o Município de Sintra, a Universidade Católica e Outros, relativo ao Alvará de Loteamento n.º 11/2003, de 13 de outubro, nos termos da respetiva proposta".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 36 (PS-PSD-CDS)

--- Votos contra: 5 (CDU-BE)

--- Abstenções: 1 (PAN)

O DH do HPT saiu antes da realização da votação

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA.

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 421-P/2019) - "Apreciar e votar o projeto de terceiras alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:

--- Votos a favor: 42

--- Votos contra: 0

--- Abstenções: 0

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE.

--- Ponto 7 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 358-P/2019) - "Apreciar e votar o projeto de revisão do Regulamento de Utilização de Viaturas e Máquinas Municipais, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património".

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço:

--- VOTAÇÃO:





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Votos a favor: 42 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 8 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 359-P/2019) - “Apreciar e votar o projeto de primeiras alterações do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Sintra (Capítulo VII – Centros e Núcleos Históricos), nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Património”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 9 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 301-P/2019) - “Apreciar e votar a atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Colares para obras de melhoramento do Cemitério de São Gregório, nos termos da respetiva proposta ”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----
--- Votos contra: 0 -----
--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 10 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 307-RP/2019) - “Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Rio de Mouro no âmbito da organização do Rio de Mouro Cross Run – 5º Prémio Carlos Correia, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 11 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 365-RP/2019) - "Apreciar e votar a atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos no âmbito da realização e organização da 12ª Milha Urbana de São Marcos, nos termos da respetiva proposta." -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 12 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 327-PM/2019) - "Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 136,00 m2, sita em Queluz, com as seguintes confrontações: do norte, nascente e poente com Cabeça de Casal da Herança de António Eduardo Cardoso Capucho Paulo, e do sul com domínio público, nos termos da respetiva proposta". -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 13 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 328-PM/2019) - "Apreciar e votar a desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 2,30 m2, sita em Odrinhas, a integrar no artigo 3637 da antiga freguesia da Terrugem, com o registo da Conservatória do Registo Predial nº 5500 da mesma freguesia, atualmente União de Freguesias de



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

São João das Lampas e Terrugem, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Ponto 14 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 379-PM/2019) - "Apreciar e votar a constituição gratuita do direito de superfície sobre um Campo Polidesportivo composto por campo de jogos e edifício de apoio, com a área total de 9.900,00 m2, sito na Rua Francisco Salgado Zenha na Tapada das Mercês, Freguesia de Algueirão-Mem Martins, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 12229 – Algueirão-Mem Martins e descrito na Conservatório do Registo Predial sob o número 1572 daquela freguesia, a favor da União Recreativa das Mercês, nos termos da respetiva proposta".-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 42 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

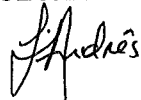
--- Sintra, 28 de maio de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA



Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA



Cláudia Sofia Monteiro da Silva

